

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**Narrativas de Adolescentes Institucionalizadas: Perceções e Vivências
Sobre a Institucionalização**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Joana Filipa Ferreira Moreira

Orientadores: Margarida Simões e José Martins



Vila Real, 2019

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**Narrativas de Adolescentes Institucionalizadas: Perceções e
Vivências Sobre a Institucionalização**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Joana Filipa Ferreira Moreira

Orientadores: Margarida Simões e José Martins

Composição do Júri:

Vila Real, 2019

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Agradecimentos

À Professora Margarida Simões e ao Professor José Martins, pela orientação, disponibilidade, reuniões, opiniões e correções. Obrigada por estarem presentes e por se mostrarem interessados neste trabalho.

À minha mãe, que sempre se mostrou ser um pilar fundamental não só para a elaboração deste trabalho, mas para o meu desenvolvimento enquanto pessoa. Foi graças a ela e ao seu apoio que consegui chegar até aqui.

Ao Lar de Infância e Juventude e a todas jovens, por permitirem e me receberem sempre bem naquela que é a sua casa, por se envolverem e participarem na elaboração deste estudo.

Aos meus amigos, pelo apoio e incentivo durante todo este processo.

Do fundo do coração, muito obrigada!

Resumo

Em Portugal, o acolhimento institucional de crianças é uma resposta social que visa a promoção e proteção de menores que vivenciam situações de perigo que comprometem o seu desenvolvimento saudável e equilibrado. Embora a institucionalização vise salvaguardar os menores de situações de perigo, procurando, ao mesmo tempo, criar condições para que estes se desenvolvam e realizem a nível pessoal e social, torna-se inquestionável e inegável o forte impacto que ela tem sobre os mesmos. Por outro lado, facilmente se depreende que viver numa instituição constitui uma mudança avassaladora na vida dos menores, podendo, por essa razão, serem atribuídos significados e sentimentos ambíguos e ambivalentes em relação à institucionalização.

Assim, o presente estudo centra-se na análise das narrativas de adolescentes institucionalizadas sobre as suas perceções e vivências face à institucionalização, tendo como objetivos: a) compreender as suas perceções sobre o fenómeno da institucionalização em geral; b) perceber a forma como experienciaram o seu processo de acolhimento em instituição; c) compreender a forma como vivenciam o seu quotidiano na instituição (ou seja, perceber como é a sua vida na instituição, como lidam com as regras da mesma, se participam nas decisões e na definição do projeto de vida); d) perceber o estabelecimento de relações interpessoais dentro e fora da instituição; e) explorar que aspetos mudariam na instituição.

Para a realização deste estudo foi privilegiado o estudo de caso com a aplicação da entrevista como técnica de recolha de dados. No que concerne à amostra, foi selecionado um grupo de seis adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos que, no momento, se encontram a vivenciar um processo de acolhimento institucional.

Os resultados obtidos permitiram compreender que o acolhimento institucional deve ser uma medida de carácter excecional e provisório, mas que quando aplicável constitui uma possibilidade de as menores repararem e compensarem vulnerabilidades, fragilidades e desorganizações que, por hábito, caracterizam o seu contexto familiar e realidade social. Esta intervenção desenvolvida pelas instituições de acolhimento permite a (re)construção do passado e futuro destas menores, possibilitando-lhes a aprendizagem e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais essenciais para a sua (re)integração social e construção da autonomia. Assim, embora existam estudos que revelam consequências negativas no desenvolvimento de crianças e jovens

institucionalizados, com este estudo foi possível detetar que, de facto, o período inicial de acolhimento foi um momento difícil para as menores e que a ele estão associados momentos de tristeza, solidão e medo. Porém, com o passar do tempo, e muito graças às experiências positivas e às relações interpessoais existentes, a institucionalização é percebida de outra forma. Na sua maioria, as adolescentes compreendem que a instituição lhes viabiliza o acesso a determinadas oportunidades e possibilita que tenham um desenvolvimento biopsicossocial saudável e adequado, facto que se constitui como uma mais-valia para elas e para o seu futuro.

Palavras-chave: institucionalização; menores; narrativas; percepções; vivências.

Abstract

In Portugal, the institutional reception of children is a social response that seeks the promotion and protection of minors who experience situations of danger that compromise their healthy and balanced development. Although institutionalization aims to safeguard minors from dangerous situations, while seeking to create conditions for them to develop and perform at the personal and social level, it becomes unquestionable and undeniable the strong impact it has on the same. On the other hand, it is easily understood that living in an institution constitutes an overwhelming change in the lives of minors, and it can therefore be attributed with ambiguous and ambivalent meanings and feelings regarding the institutionalization.

Thus, this study focuses on the analysis of the narratives of institutionalized adolescents about their perceptions and experiences regarding the institutionalization, having as objectives: a) to understand their perceptions about the general phenomenon of institutionalization; b) to perceive the way in which they experienced their welcoming process in an institution; c) Understand how they experience their daily lives in the institution (i.e., perceiving how their life is in the institution, how they deal with the rules of it, whether they participate in the decisions and the definition of life project); d) to understand the establishment of interpersonal relationships within and outside the institution; e) explore what aspects would change in the institution.

While making this study it was privileged the case study with the application of an interview as a data collection technique. Regarding the sample, it was selected a group of six adolescents aged 12 to 18 years which are currently experiencing an institutional process.

The results obtained allowed us to understand that institutional process should be a measure of exceptional and temporary nature, but that where applicable constitutes a possibility for minors to repair and compensate for vulnerabilities, fragilities and disorganizations that, by habit, characterize their family context and social reality. This intervention developed by the host institutions allows the (re)construction of the past and future of these minors, enabling them to learn and develop personal and social competences essential to their own social (re)integration and the construction of autonomy. Thus, although there are studies that reveal negative consequences in the development of institutionalized children and adolescents, with this study it was possible to detect that, in fact, the initial period of institutionalization was a difficult time for

minors and it is associated with moments of sadness, loneliness and fear. However, with the passing of time, and thanks to the positive experiences and the existing interpersonal relationships, institutionalization is perceived in another way. Most adolescents understand that the institution allows them access to certain opportunities and enables them to have a healthy and adequate biopsychosocial development, a fact that constitutes an added value for them and their future.

Keywords: Institutionalization; minors; narratives; perceptions, experiences.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Índice	ix
Índice de gráficos.....	xi
Introdução.....	1
1. Revisão da literatura.....	4
1.1. A adolescência: um conceito moderno	4
1.2. O adolescente e os sistemas em que se desenvolve	5
1.2.1. O adolescente e a família	5
1.2.2. O adolescente e o grupo de pares	7
1.2.3. O adolescente e a escola.....	9
1.3. O adolescente em perigo	10
1.3.1. Maus tratos e as suas consequências na vida dos adolescentes.....	10
1.3.2. Fatores de risco.....	11
1.4. As instituições para adolescentes em perigo - a sua caracterização	12
1.5. A problemática de adolescentes institucionalizados.....	14
1.6. As representações sociais de adolescentes institucionalizados.....	20
2. Justificação do estudo	21
3. Objetivos do estudo	21
4. Metodologia.....	22
4.1. Entrevista com análise de conteúdo	22
4.2. Participantes	23
4.3. Instrumentos	24
4.4. Procedimentos	24

5. Resultados das entrevistas e da análise de conteúdo	25
5.1. Expectativas	25
5.2. Acolhimento.....	27
5.3. Quotidiano no lar	30
5.4. Relações interpessoais	34
5.5. Mudanças	35
6. Discussão	37
7. Conclusões.....	42
Referências Bibliográficas.....	45
ANEXOS	51
1. Consentimento informado	52
2. Guião de entrevista.....	54

Índice de gráficos

Gráfico 1. Sentimentos associados à institucionalização	26
Gráfico 2. Informação sobre o que é viver numa instituição.....	26
Gráfico 3. Receção - Recordação do primeiro dia na instituição	27
Gráfico 4. Receção - Perceções e sentimentos	27
Gráfico 5. Sentimentos associados aos primeiros dias na instituição.....	28
Gráfico 6. Partilha de sentimentos durante os primeiros dias na instituição	29
Gráfico 7. Pessoas significativas nos primeiros dias na instituição	30
Gráfico 8. Participação nas atividades desenvolvidas pela instituição.....	32
Gráfico 9. Avaliação da instituição	36
Gráfico 10. Mudanças na instituição	37

Introdução

O acolhimento em instituição de crianças e jovens sempre foi uma realidade de extremo interesse e fascínio para estudantes e profissionais das Ciências Sociais. Daí que a elaboração do presente estudo tenha recaído sobre a necessidade e o interesse em explorar e fortalecer conhecimento acerca desta problemática. De uma forma mais precisa, tornou-se essencial, de modo a avigorar o nosso conhecimento e a crescer enquanto pessoas e profissionais da área das Ciências Sociais, compreender melhor a prática, o funcionamento deste tipo de instituições e a influência destas na vida de quem é acolhido, bem como para um conhecimento mais aprofundado e rigoroso dos percursos das crianças.

Apesar da vasta investigação sobre a questão da institucionalização, este continua a ser um tema controverso. Há quem defenda que pela forma como as instituições estão organizadas, pelas suas características, pelos afastamentos afetivos, a vivência institucional pode exercer um impacto negativo no seu desenvolvimento emocional e social (Alberto, 2002, citado em Martins, 2005). Outros, porém, defendem que a instituição pode constituir um espaço seguro, substitutivo da família quando esta coloca em risco a vida de uma criança ou um jovem, constituindo uma alternativa de vida com vantagens, nomeadamente, pela experiência e vivência em grupo e o consequente desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Zurita & Fernandez del Valle, 1996, citado em Martins, 2005; Gomes, 2005; Carvalho & Manita, 2010).

Tendo em consideração esta controvérsia, torna-se necessário dar voz às crianças e jovens acolhidas em instituição, pois são elas que possuem “o verdadeiro conhecimento do local”, o verdadeiro conhecimento da realidade e, por isso, só elas é que podem facultar informações para um conhecimento real e adequado acerca da problemática da institucionalização (Lima, 2003, p.322). Ouvir e envolver as adolescentes institucionalizadas implica reconhecer que todas elas são capazes de construir um conhecimento pertinente e respeitável acerca da realidade em que vivem. Além disso, possibilita também que a construção do conhecimento seja feita tendo por base a cooperação entre o investigador e o investigado, valorizando o diálogo (Lima, 2003).

Assim, este estudo debruça-se sobre a análise de narrativas de menores institucionalizadas face às suas perceções e vivências em relação à institucionalização. Aquilo que se pretende com a elaboração deste estudo é ouvir a opinião destas adolescentes e, de uma forma geral, compreender como é que percecionam o acolhimento

em instituição e como vivenciaram o seu próprio processo de acolhimento. Pretende-se também perceber como é a vida e o quotidiano na instituição, de que forma estabelecem relações interpessoais dentro e fora da instituição e quais os aspetos que elas consideram ser alvo de mudança no interior da instituição.

Deste modo, pensa-se que com este estudo, que dá voz às menores institucionalizadas e recolhe informações autênticas e privilegiadas junto das mesmas, se possa facultar mais um contributo para a investigação acerca das consequências, positivas ou negativas, da institucionalização na vida e no desenvolvimento dos menores. Por outro lado, este estudo pretende contribuir para o crescimento e fortalecimento de investigação e informação acerca de narrativas de sujeitos institucionalizados, mais especificamente, sobre as suas perceções e vivências em relação ao acolhimento institucional. Além disso, pretende-se contribuir para a afirmação do Serviço Social em torno de investigações assentes nas narrativas dos próprios sujeitos institucionalizados, pois este é um âmbito pouco explorado por este ramo das Ciências Sociais.

Para a realização deste estudo privilegiou-se a metodologia qualitativa, no sentido em que ela se destaca pela possibilidade de investigar *in locus* e, com isso, recolher informação mais pormenorizada e atenta às experiências reais e significados atribuídos pelas adolescentes institucionalizadas (Creswell, 2007; Ribeiro, 2008). O método de recolha de dados utilizado foi o estudo de caso, uma vez que ele é o mais indicado para descrever fenómenos ou contextos pouco notórios e complexos. O estudo de caso permite que quem está a investigar possa observar, interpretar e analisar de forma crítica a realidade que pretende estudar, sendo este o único modo de a conhecer e compreender de forma global (Gil, 2008; Yin, 2010). Assim, o investigador não tem, apenas, a função de recolher dados quantitativos, nem de perceber de que forma as pessoas interpretam a sua realidade, mas a de assumir um papel crítico (Lima, 2003). Por último, a opção pela entrevista semiestruturada prendeu-se, sobretudo, com o facto de esta permitir selecionar temáticas para aprofundamento, assim como introduzir novas questões, para além de se otimizar o tempo disponível e permitir um tratamento sistemático dos dados (Júnior & Júnior, 2011; Amado, 2013). Ainda em relação à metodologia utilizada, é importante referir que para dar cumprimento às entrevistas se beneficiou de visitas semanais à instituição de acolhimento. Estas visitas viabilizaram o estabelecimento de uma relação mais próximas com as menores, bem como a criação de uma relação mais próxima e empática essencial para o conhecimento de aspetos e de informações não facultados em

entrevista. A amostra para esta investigação é de seis adolescentes que, no momento, experienciam uma situação de acolhimento institucional.

O estudo que aqui se introduz está organizado da seguinte forma: num primeiro momento dá-se conta da revisão da literatura, centrada nas temáticas da adolescência e da institucionalização, que sustenta teoricamente todo o estudo realizado. Posteriormente, apresenta-se a justificação do estudo e os seus objetivos. De seguida, expõem-se a metodologia utilizada, nomeadamente a entrevista com análise de conteúdo, exibindo também os participantes, instrumentos e os procedimentos levados a cabo para a concretização da investigação. Depois disso, exibem-se os resultados das entrevistas e da análise de conteúdo e, seguidamente, a discussão que procura analisar de forma teoricamente sustentada os resultados obtidos. Por fim, apresenta-se a conclusão.

Para concluir, resta desejar que este estudo cumpra os requisitos e os objetivos para os quais foi pensado e estruturado.

1. Revisão da literatura

1.1. A adolescência: um conceito moderno

Sendo este um trabalho de investigação que se debruça sobre a institucionalização de adolescentes, torna-se pertinente, em primeiro lugar, compreender o que é a adolescência, bem como o que é ser adolescente.

Deste modo, convém elucidar que “adolescência” é um conceito moderno, pois foi só a partir do século XIX que ela passou a ser considerada como uma etapa distinta do processo de desenvolvimento do ser humano. Antes desta época, a sociedade entendia que o indivíduo transitava diretamente da infância para a idade adulta, não existindo, por isso, uma fase com características peculiares e significativas no ciclo vital do ser humano (Silva, 2004; Pratta & Santos, 2007). Hoje, e apesar da complexidade do termo, define-se a adolescência como uma fase de transição entre a infância e a adultez, na qual ocorrem transformações fisiológicas, psicológicas, afetivas, intelectuais e sociais essenciais ao desenvolvimento dos sujeitos. A adolescência é, indiscutivelmente, um período de adaptação a novas estruturas psicológicas e ambientais, de dúvidas e questionamentos, de experiências e descobertas, aspetos que contribuem não só para a construção da identidade, como também para a maturação e autonomia dos indivíduos (Martins, 2005; Papalia, Olds & Feldman, 2006; Ferreira e Nelas, 2006; Prata & Santos, 2007). Todavia, é importante salientar que esta etapa é vivenciada de modo distinto pelos adolescentes, facto que depende da sua maturidade física, emocional e cognitiva, bem como de contingências familiares, culturais, religiosas, ambientais... Como tal, o sucesso deste ciclo de vida depende do equilíbrio destas pressões internas e externas (Coleman, 2011).

Assim, se depreende que ser adolescente é muito mais que uma fase na vida de cada indivíduo. Para Sampaio (1993, p.100, citado por Ferreira e Nelas, 2006) a adolescência implica a realização de uma série de tarefas que “devem ser consideradas como ações reorganizativas internas e externas que o adolescente deve levar a cabo se quiser atingir a idade adulta”. Todavia, é importante que se note que ser adolescente significa conjugar a vivência de uma etapa marcada por significativas alterações das funções cognitivas e socioemocionais com a falta de experiência, ou seja, com a “vivência efetiva e repetida de situações que exigem avaliação e decisão” (Carvalho, 2011, p.8). Muitas das vezes, é esta falta de capacidade de apreciação e decisão que leva a que os

adolescentes experienciem situações menos positivas, ou mesmo de risco, para a sua vida, tal como se poderá verificar mais à frente.

1.2. O adolescente e os sistemas em que se desenvolve

Para melhor compreender o adolescente, torna-se essencial analisar os principais sistemas em que este se desenvolve. Deste modo, é importante considerar que os aspetos referentes ao indivíduo (características individuais, psicológicas e biológicas) não são suficientes para compreender esta etapa da vida do ser humano, tornando-se, por isso, importante enfatizar o adolescente e o ambiente na sua dinâmica de relações bidirecionais. De acordo com a Teoria Ecológica proposta por Bronfenbrenner (1979), o adolescente é um sujeito ativo, produto e produtor do seu desenvolvimento, que resulta da interação com o contexto. O contexto é definido por uma hierarquia de sistemas interdependentes e é composto pelas atividades, papéis e relações interpessoais presentes na vida do adolescente. Deste modo, os próximos parágrafos darão conta das relações, dinâmicas e influências dos sistemas família, grupo de pares e escola na vida e no desenvolvimento do adolescente.

1.2.1. O adolescente e a família

Na adolescência, tal como acontece na infância, a família é considerada o principal microsistema de desenvolvimento, pois nela acontecem as interações mais diretas e as experiências mais significativa para o adolescente. Nos dias de hoje, não é fácil apresentar uma definição de família, devido à diversidade de contextos familiares que existem. Porém, Giddens (2008, p.175), tendo em conta esta diversidade, diz-nos que a família é um “grupo de pessoas unidas diretamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”. De acordo com os seus padrões culturais, a família é o grupo responsável por prestar os cuidados de saúde básicos, proteger, cuidar, educar, além de ter uma forte influência na socialização e transmissão de crenças e valores dos seus membros (Giddens, 2008). Porém, nem todas as famílias têm a capacidade de desempenhar a função de oferecer proteção, suporte afetivo e regulação social e, por consequência, podem ser a principal fonte de risco para o adolescente (Silva, 2004).

Alguns estudos retratam que a forma como a família se organiza, bem como as práticas educativas parentais que exerce tem uma forte influência no processo de

socialização e desenvolvimento do adolescente (Feijó & Assis, 2004; Carvalho & Gomide, 2005; Ceolin, 2003, citados por Nardi & Dell’Aglío, 2012; Romanelli, 2003, citado por Ferronato, 2015). De acordo com a perspetiva sistémica, a família pode ser caracterizada a partir da sua organização e das relações estabelecidas entre os seus componentes, ou seja, através do modo como interagem entre si e dos papéis que desempenham dentro deste sistema. Assim, a ligação e as relações estáveis e positivas entre os membros da família são determinantes para o sentimento de segurança e, consequentemente, para o bem-estar emocional e social dos adolescentes. Por oposição, quando a ligação entre pais-adolescente é negativa e os jovens sentem que a família não se preocupa com eles, existem maiores probabilidades de estes enveredarem por caminhos considerados de risco (Camacho, Tomé, Matos, Gamito & Diniz, 2010). O mesmo acontece em relação às práticas educativas parentais que são exercidas no seio familiar. O comportamento parental - cuidados prestados e relações estabelecidas - deve estimular um ambiente emocional e social, de modo a facilitar o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo do adolescente. Como tal, as relações pais-filhos baseadas no afeto, segurança, proteção, comunicação, negociação e aceitação tendem a ser cruciais para o desenvolvimento saudável do adolescente, constituindo, deste modo, a alavanca para a aquisição de normas e comportamentos indispensáveis para a integração social do mesmo. Por oposição, relações entre pais-adolescentes assentes na negligência, frieza emocional, hostilidade, controlo e autoridade extremos constituem-se, por si só, como um contexto de risco para o adolescente (Morgado, 2016). Neste sentido, relações familiares negativas, muitas vezes marcadas pela conflituosidade, tendem a ser encaradas como um meio propício para o envolvimento em comportamentos de risco e em grupos de pares desviantes, como forma de escape à má relação com a família (Nardi & Dell’Aglío, 2012; Morgado, 2016).

Deste modo, aquilo que um adolescente necessita para que se desenvolva de forma saudável e alheio a comportamentos de risco é de uma família que lhe proporcione amor, que o proteja e exerça a sua autoridade parental de modo a possibilitar a individualização e a autonomização deste (Silva, 2004; Nabais, 2014).

1.2.2. O adolescente e o grupo de pares

A amizade e o grupo de pares é algo extremamente valorizado ao longo de todo o ciclo vital do ser humano, contudo é na adolescência que as relações de amizade se intensificam e apresentam maior relevância. Como tal, Claes (2007, p.105) explica-nos que a sublime importância que os adolescentes atribuem às relações de amizade se deve ao facto de elas assumirem “uma série de funções estratégicas junto de indivíduos que se encontram confrontados ao mesmo tempo com uma mesma série de realidades em matéria de desenvolvimento” dentro das quais se destacam a necessidade de emancipação da tutela parental e a construção da identidade.

A afirmação da autonomia é um dos principais marcos na vida do adolescente, no sentido em que a convivência com os amigos cria condições para uma progressiva vida social fora do seio da casa e dos pais. É este convívio com os amigos fora da área de influência parental que permite que o adolescente participe ativamente na construção da sua identidade e do seu universo social. É neste espaço que ele vivencia novas experiências, contacta e desenvolve ideais e, assim, descobre um mundo diferente daquele que até agora lhe fora apresentado pela família (Claes, 2007). Deste modo se depreende que a participação de um adolescente num grupo de pares é extremamente necessária não só porque potencia o seu desenvolvimento enquanto ser autónomo e independente dos pais, mas também porque permite que este defina que pessoa é, quais são os seus valores, crenças e motivações.

As relações de amizade ocupam também um lugar central no desenvolvimento da identidade sexual do adolescente, pois é no seio deste grupo que se dialoga a respeito da sexualidade e das primeiras atividades sexuais, se estabelecem novos e diferentes vínculos afetivos e se procura descobrir, mais intimamente, o outro (Claes, 2007).

Apesar de tudo isto, é possível verificar uma dualidade na influência que o grupo de pares tem sobre os adolescentes. Se por um lado as relações de amizade têm um papel essencial na saúde e bem-estar dos mesmos e podem influenciar o comportamento responsável, a maturidade e o desenvolvimento saudável, por outro podem ser facilitadoras da adesão a uma variedade de comportamentos de risco (Tomé, 2011). Estudos realizados por diversos autores mostram que, efetivamente, o grupo de pares tem uma forte ponderação no comportamento desviante dos seus elementos, isto porque se um adolescente conviver com um grupo de pares que tem por hábito exercer práticas

desviantes terá maior probabilidade de adotar também este tipo de comportamento (Claes, 2007; Carvalho, 2005; Vásquez & Zimmerman, 2014, citados por Rocha, 2016).

Contudo, é importante perceber que a adesão a comportamentos considerados de risco pode ser explicada por diversas razões, como a solidariedade para com o grupo, ou então, pela necessidade de manter uma reputação perante os restantes amigos do grupo. No entanto, muitas vezes os adolescentes coligam-se a um grupo de risco não porque querem, mas porque são rejeitados por outros grupos e essa é a forma que encontram para conseguir algum tipo de apoio (Casaca, 2009). Palmonari, A., Kirchler, E. & Pombeni, M., (1991, citados por Casaca, 2009, p.14) vão ainda mais longe e afirmam que “os jovens que têm mais dificuldades em aceitar os valores da família e que têm constantes conflitos com os seus elementos, procuram compensar a falta de identificação à família com uma forte identificação ao grupo de pares. Se o grupo de pares tem tendência para desenvolver comportamentos de risco, o elevado grau de identificação com o grupo e a distância que sente da família podem ser condutores para o desencadear de comportamentos desviantes”. Por outro lado, a adesão a este tipo de comportamentos pode estar relacionada com o tipo de atividades que o grupo desempenha nos seus tempos livres (Hirshi, 1969; Vásquez & Zimmerman, 2014, citados por Rocha, 2016). Assim, realizar atividades estruturadas, que exijam a realização prática de determinada tarefa e dispêndio de tempo, são consideradas como um meio de prevenção a comportamentos de risco. Já as atividades não estruturadas, atividades com muito tempo livre e não são vigiadas (como “estar com os amigos”, ir a festas, passear no centro comercial, entre outras), podem ser desencadeadoras da adoção de comportamentos desviantes (Osgood & Anderson, 2004 citados por Rocha, 2016).

Deste modo, depreende-se que os grupos de amigos apresentam várias funções durante a adolescência, das quais se destacam: o alcance da autonomia, ainda que simbólica, permite que os adolescentes se autodeterminem; o estabelecimento de uma identidade que, de certa forma, possibilita que os jovens se definam e orientem as suas ações e comportamentos; a transmissão de um quadro de referência e de um sistema de valores; o estabelecimento de relações de mutualidade; a aprendizagem social que possibilita o relacionamento com os outros, fora da esfera familiar; e um sentimento de confiança e autoestima que derivam do facto de serem aceites pelo outro (Lutte, 1988, citado por Simões, 2007).

1.2.3. O adolescente e a escola

Nos dias de hoje, a escola não deve ser somente encarada como um local onde os adolescentes adquirem determinadas aprendizagens e processos educacionais, pois este é também um espaço onde se promovem relações interpessoais que facilitam o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos. Deste modo, a escola, tal como a família, é a principal entidade responsável pela transmissão e desenvolvimento de valores culturais, morais e sociais necessários à socialização das crianças e adolescentes.

Como é do nosso conhecimento, os adolescentes passam muito tempo na escola e, por isso, este pode ser considerado um “contexto privilegiado para o envolvimento ou para proteção dos comportamentos de risco” (Camacho *et al.*, 2010, p.103). Os mesmos autores defendem que o ambiente escolar, a relação com os professores e colegas e os resultados escolares são fatores que têm uma forte influência sobre o comportamento dos jovens. Piko e Kovács (2010, citados por Camacho *et al.*, 2010) referem que o sucesso escolar permite que os adolescentes se envolvam e identifiquem mais com a escola e com os professores o que, por consequência, promove a aquisição de determinadas competências e ajuda a evitar o envolvimento em comportamentos de risco. Por oposição, Ferreira (1997) menciona que a falta de identificação com a escola, as más relações com os professores e os colegas, a falta de acompanhamento dos pais e dos professores ao longo do percurso académico, bem como o insucesso escolar justificam o aparecimento de comportamentos considerados desadequados e de risco para um jovem. Walgrave (1991, citado por Casaca, 2009) também defende que a escola é um dos principais contextos para que os adolescentes desenvolvam comportamentos de risco. Segundo o autor, a raiz do problema parece estar na rotulagem depreciativa que a escola e os professores fazem acerca de determinados alunos, o que provoca neles a elaboração de uma imagem de si também ela negativa e a deterioração do estatuto social e escolar. Assim, a existência de expectativas mais baixas para os adolescentes provenientes de classes sociais inferiores leva a que estes criem sentimentos de fracasso e rejeição, facto que conduz à estigmatização e que, por consequência, facilita a união a pares com comportamentos desviantes.

1.3. O adolescente em perigo

A preocupação com as crianças e adolescentes data o ano de 1989, altura em que as Nações Unidas aprovaram a “Convenção dos Direitos da Criança” que, ao reconhecê-las como sujeitos de direitos, contribuem para uma mudança de paradigma (Magalhães, 2002). Este pensamento emerge no âmbito dos Direitos Humanos que consideram as crianças como um grupo com características frágeis e vulneráveis que necessitam de uma proteção especial. No que concerne ao nosso país, só em 1991 foram criadas as Comissões de Proteção e Menores, atualmente designadas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) e, posteriormente, em 1999 é redigida a Lei dirigida a crianças e jovens em situações de perigo (Magalhães, 2002).

De acordo com a Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro (p.3), uma criança ou jovem encontra-se numa situação de perigo quando: “está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação”.

1.3.1. Maus tratos e as suas consequências na vida dos adolescentes

Face ao apresentado, pode-se considerar a existência de diferentes tipologias de maus tratos para a criança ou jovem, baseadas em diferentes critérios de classificação o que, por sua vez, remetem para diferentes motivos de permanência nas instituições. Pode, então, falar-se de abandono, negligência, maus tratos físicos e psicológicos, abuso sexual, mendicidade, orfandade, exposição a modelos de comportamentos desviantes, corrupção de menores, prática de furto qualificado com crime por menor de doze anos, ausência temporária de retaguarda familiar, abandono escolar, prostituição infantil, pornografia infantil, exercício abusivo de autoridade, entre outros (I.S.S., s/d).

Contudo, é importante compreender que estes tipos de maus tratos não são neutros e representam juízos de valor, no sentido em que eles estão dependentes daquilo que se

considera socialmente desajustado numa determinada época histórica, variando, assim, de família para família e de país para país. Deste modo, a definição supra apresentada procura suplantar a diversidade cultural e incluir um conjunto de diversas atitudes que comprometem o normal processo de crescimento, desenvolvimento e bem-estar das crianças ou jovens (Almeida, 2000).

Apesar de existirem vários tipos de maus tratos, é inevitável não ter em consideração as consequências a nível físico, cognitivo, afetivo e psicopatológico que se podem manifestar na vida das crianças e adolescentes. Assim, a nível físico, e quando o mau trato é prolongado, uma das perturbações que a criança ou jovem pode estar sujeito é o Dwarfismo. Segundo Alberto (2004, p.50), o Dwarfismo traduz-se “pela falta de produção de hormona de crescimento, a somatotrofina, e que provoca atrasos significativos no desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo”. Já a nível cognitivo, pode verificar-se um défice intelectual e de linguagem, baixo rendimento escolar ou profissional (Magalhães, 2002). Por sua vez, Alberto (2004) defende que há uma redução da curiosidade por parte da criança ou adolescente, o que os leva a apresentarem uma atitude passiva e pouco interessada no quotidiano. Do ponto de vista afetivo, Magalhães (2002), evidencia as consequências a nível do comportamento, especialmente dificuldade em estabelecer relações interpessoais, reduzido reconhecimento das emoções, agressividade, tendência para o isolamento, dificuldade de perceção e aceitação de normas sociais e morais, condutas antissociais e delinquentes. Ainda do prisma afetivo, pode fazer-se referência à baixa autoestima, sensações de medo, angústia e raiva, disfunções sexuais, ideação e/ou tentativas de suicídio (Magalhães, 2002). Por fim, a nível psicopatológico, os maus tratos favorecem a existência de neuroses, depressões, psicoses e transtornos múltiplos da personalidade (Magalhães, 2002).

1.3.2. Fatores de risco

De modo a consolidar melhor a compreensão da problemática acerca dos maus tratos, torna-se essencial, à semelhança do que já foi feito anteriormente, recorrer à perspetiva sistémica, uma vez que esta permite um conhecimento complexo da realidade atendendo não só ao indivíduo, mas também às relações, interações e comunicações que estabelece entre si num determinado contexto (Nascimento, 2005).

Segundo Fonseca (2004), por fator de risco entendem-se os eventos, situações, condições ou característica do adolescente que podem potenciar ou provocar o

surgimento de outro fenómeno. Estes fatores exercem efeitos diversos na vida dos adolescentes, podendo ser diretos ou indiretos. Considera-se que há um efeito direto quando há uma forte probabilidade de um fator de risco preceder um problema ou um comportamento. Neste sentido, quanto maior for o número de fatores de risco, maior será a probabilidade de ocorrerem problemas emocionais ou comportamentais, pelo que é difícil explicar esta problemática atendendo a um único fator de risco. É então por esta razão, que se torna mais prudente fazer esta análise tendo por base a visão sistémica.

De acordo com Magalhães (2002), podemos sintetizar estes fatores em quatro pontos essenciais: (a) características dos pais (como o alcoolismo, toxicod dependência, histórias de acontecimentos criminais, perturbação da saúde mental ou física, desemprego, vítimas de maus tratos na infância, fraca tolerância à frustração, perturbações no processo de vinculação com a criança...); (b) características dos adolescentes (nomeadamente perturbação da saúde mental ou física, prematuridade, adolescentes que não correspondem às expectativas dos pais...); (c) características do contexto familiar (gravidez indesejada, violência entre os pais, instabilidade conjugal, famílias monoparentais ou ainda reconstituídas, problemas socioeconómicos e habitacionais – pobreza, isolamento social – situações de crise como seja perda de emprego, morte na família, separação...) e (d) características do contexto social e cultural (das quais atitudes sociais face aos adolescentes, às famílias e à conduta violenta).

Concluindo, o que pode originar ou favorecer o aparecimento de situações como as referidas é a conjugação de vários elementos de ordem social, económica, cultural e individual na vida de uma criança ou jovem (Azevedo & Maia, 2006).

1.4. As instituições para adolescentes em perigo - a sua caracterização

Sempre que uma criança ou jovem vê os seus direitos cívicos, sociais, económicos e culturais ameaçados ou vivencia uma situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, é requerida a atuação do Estado. Deste modo, compete aos sistemas social e judiciário "responder ao perigo identificado desencadeando ações que proporcionem as condições adequadas à promoção dos direitos e proteção [da criança ou jovem]" (Carvalho, 2013, p.10). No nosso país, e de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a intervenção realizada neste âmbito é executada através da aplicação de duas medidas: em meio natural de vida ou em regime de colocação (Lei nº 147/99). Ambas as medidas visam afastar o perigo em que a criança

ou jovem se encontram, proporcionar-lhes condições que possibilitem a sua proteção e que promovam a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, mas também que garantam a sua estabilização e recuperação, tanto a nível físico como psicológico (Carvalho, 2013). Sendo este um trabalho de investigação que assenta as suas bases na institucionalização de crianças e jovens, os próximos parágrafos serão dedicados à exploração do regime de colocação, nomeadamente o acolhimento em instituição.

De acordo com Carvalho (2013), o acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e uma equipa técnica que desenvolva a sua intervenção de modo a atingir os objetivos citados no parágrafo anterior. De salientar que, em Portugal, esta é uma medida de último recurso e de cariz transitório, que se concentra no futuro da criança ou do jovem e que prevê a sua (re)integração social e/ou familiar (Carvalho, 2013). Estas instituições são então responsáveis por questões de várias ordens - jurídica, social, médica, educativa, escolar, entre outras - tal como aquelas que a maioria dos pais se encarregam. Como tal, a estas instituições é atribuído o papel de substituírem temporariamente a família de origem e de assumirem, no seu pleno, a figura e o significado de família para as crianças e jovens que acolhem. É então primordial que as instituições funcionem de modo a fornecer o suporte adequado para "o seu desenvolvimento biopsicossocial e o colmatar das necessidades específicas decorrentes das situações de perigo que conduziram à sua retirada da residência familiar" (Carvalho, 2013, p. 18). Deste modo, existem diferentes respostas sociais de acolhimento em instituição, que se distinguem pela natureza de intervenção e duração, das quais se destacam: os Centros de Acolhimento Temporário (CAT), os Lares de Infância e Juventude (LIJ) e os Apartamentos de Autonomização (AA).

O CAT é uma estrutura de acolhimento transitório, na qual são proporcionados cuidados básicos essenciais e é realizado o estudo e diagnóstico da situação da criança ou jovem, sendo que a permanência neste regime não pode ultrapassar os 6 meses. Existem casos de crianças e jovens que devido à sua situação de perigo necessitam de acolhimentos de emergência. Este tipo de acolhimento consiste na disponibilização de camas em CAT ou LIJ por um período máximo de 48 horas. O LIJ é uma resposta de acolhimento prolongado que se destina a crianças e jovens que, após terem passado por uma situação de acolhimento de emergência ou de curta duração, ainda não podem

regressar a casa, pois a sua família não oferece condições, pelo menos imediatas, para o seu acolhimento e educação. O AA consiste num apartamento, inserido na comunidade local, destinado a apoiar a transição para a vida adulta de jovens com idade superior a 15 anos que possuem competências pessoais específicas.

1.5. A problemática de adolescentes institucionalizados

Estudar a problemática da institucionalização de menores implica compreender que a colocação de crianças e jovens em instituições de acolhimento é vista, em Portugal, como uma medida de promoção e proteção social que visa salvaguardar os interesses dos mesmos, sempre que estes se encontram em perigo (Ferreira, 2011). Todavia, é impreterível compreender que a ação de uma instituição de acolhimento não deve centrar-se, somente, em afastar os menores de uma situação de perigo imediato. Além da aplicação da medida de promoção e proteção, é crucial que se salvaguarde os interesses dos menores e que estes sejam considerados como sujeitos de direitos que também necessitam de intervenção no seu quotidiano, pois como se sabe, com a institucionalização, a vida de uma criança ou jovem muda por completo (Fernandes, 2009). Os menores ao serem institucionalizados deparam-se com o afastamento do seio familiar e das relações existentes cria nos menores sentimentos de perda e angústia. Também associado ao facto de estarem institucionalizados, estas crianças e jovens têm também de lidar com a estigmatização e a discriminação social, o que acaba por desencadear sentimentos de auto desvalorização e auto discriminação, bem como a proliferação das desigualdades sociais (Alberto, 2002). Por outro lado, a institucionalização requer a necessidade de se adaptarem a uma nova vida, a uma nova casa, a novas relações e a novas regras.

Estudos empíricos realizados revelam que a institucionalização pode despoletar alterações nos domínios social, comportamental e cognitivo, nomeadamente através de problemas de relacionamento com os colegas, hiperatividade, dificuldade em aceitar e responder à disciplina imposta por adultos, problemas de conduta e uso de estratégias de confronto desajustadas, bem como baixa motivação e rendimento escolar e deterioração do funcionamento cognitivo e da linguagem (Palacios, 2003; Ferreira & Marturano, 2002, citado por Siqueira & Dell’Aglia, 2010; Sousa, 2014). Há também estudos que apontam para efeitos a nível do crescimento físico, de atrofia neuronal e desenvolvimento cerebral, mas também possibilidade de desenvolvimento de transtornos psiquiátricos pelo facto de

terem sido expostos a situações adversas e de risco (Abreu, 2001; Zeanah, Smyke, Koga & Carlson, 2005, citados por Pereira, 2008).

Apesar de, na generalidade, ser atribuído um impacto consideravelmente negativo à institucionalização, existem autores que não partilham da mesma opinião. Estes autores defendem que em situações de adversidade familiar, o acolhimento institucional ostenta benefícios para o desenvolvimento do menor que a permanência junto da família não possibilita. De acordo com Tolfree (1995), refere que a resiliência da criança ou do adolescente institucionalizado é um fator muito importante, pois permite rebater e compensar as vulnerabilidades e fragilidades a que estão submetidos, especialmente a privação emocional. O suporte emocional e afetivo é também nomeado como um fator moderador, pois o efeito protetor que ele oferece está relacionado com o desenvolvimento da capacidade de lidar com as adversidades, favorecendo características como a resiliência e o desenvolvimento adaptativo (Brito & Koller, 1999, citado por Siqueira, 2006).

O acolhimento institucional oferece também às crianças e jovens um clima mais estável, sendo que o dia-a-dia deve ser organizado de forma a aproximar-se de um meio familiar comum. Esta organização próxima de um contexto familiar permitirá evitar ou minimizar as consequências negativas que esta mudança implica, como também possibilita que se intervenha sobre aspetos como os “de perda de vínculo afetivo, perda de identidade, desenraizamento, receio da mudança, tendência a rejeitar a integração, auto culpabilização ou sensação de estar a sofrer uma punição” (Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho, 2006, p.109). Embora se pretenda que o acolhimento institucional seja o mais natural e próximo de um contexto de “vida normal”, é importante que se explique à criança ou jovem que viver numa instituição requer uma logística um pouco diferente da que tinham em sua casa.

Em primeira instância é necessário que se perceba que a instituição de acolhimento é um espaço partilhado por pessoas com diferentes personalidades, idades, interesses e vivências, factos que podem provocar a existência de conflitos. Como tal, é necessário inculcar nas crianças e jovens comportamentos assentes no respeito mútuo, bem como na consideração e aceitação da individualidade de cada pessoa. Por outro lado, é crucial que se criem oportunidades para que as crianças e jovens desenvolvam, entre si, sentimentos de pertença e de espírito de grupo. A adoção deste tipo de valores e princípios

possibilita que as relações entre as crianças e jovens se tornem positivas, ao mesmo tempo que o ambiente se torna mais agradável e harmonioso (Leandro *et al.*, 2006).

Estas últimas afirmações fazem com que nos deparemos com um aspeto muito importante a ter em consideração em relação à institucionalização: as relações estabelecidas em contexto institucional. Segundo Faria, Salgueiro, Trigo e Alberto (2008), a qualidade das relações interpessoais estabelecidas no interior da instituição podem ter um forte impacto na satisfação das crianças e jovens em relação ao seu acolhimento institucional. Facilmente se compreende que com a separação do seio familiar e dos amigos mais próximos, as pessoas que vivem e trabalham na instituição de acolhimento passam a integrar as redes de apoio social e afetivo destes menores e, de certa forma, são eles que combatem a ausência da primeira grande rede de apoio que é a família. Daí a qualidade das relações estabelecidas entre as crianças e jovens institucionalizados e as equipas técnica e educativa apresentar uma ponderação tão significativa, no sentido em que são elas que lhes oferecem a proteção e força necessária para fazer frente a situações adversas, mas são também uma forte influência na sua saúde e bem-estar (Tolfree, 1995; Mota & Matos, 2010). De acordo com os estudos desenvolvidos por Gomes (2005), Faria *et al.* (2008), Carvalho e Manita (2010), os grupos de pares que existem no interior das instituições são bastante importantes, no sentido em que podem ser encarados como uma fonte de apoio e compreensão. Estes funcionam como figuras significativas na construção emocional, estimulam a aprendizagem de competências de resolução de conflitos, de autocontrolo e de manutenção da proximidade relacional. Além disso, as relações estabelecidas entre as crianças e jovens institucionalizados são também essenciais no período de adaptação à instituição, pois são os elementos “mais antigos” que ajudam e orientam os “mais novos” nas dinâmicas da instituição e servem de suporte à sua nova realidade. Assim, estes jovens, que apresentam percursos e histórias de vida semelhantes, desenvolvem entre si sentimentos de forte cumplicidade e amizade graças à convivência diária e à partilha de experiências e segredos. Outro aspeto a ter em conta é que, apesar de estas relações se apresentarem como instáveis, devido à constante entrada e saída de crianças e adolescentes, elas possibilitam que os menores manifestem mais facilmente as suas ideias e sentimentos e se envolvam positivamente noutras relações significativas (Mota & Matos, 2010).

Já em relação às relações estabelecidas com as equipas técnica e educativa as opiniões não são tão lineares entre os autores que se debruçaram sobre este assunto.

Gomes (2005) destaca no seu estudo que a avaliação que os jovens entrevistados fazem em relação aos adultos da instituição é “negativa ou neutra”, pois são normalmente considerados como “pouco competentes para a função que exercem, sobretudo ao nível de acompanhamento mais personalizado: nos afetos, carinho, acompanhamento e interesse (p.80). Gomes (2005) recolheu que esta opinião negativa face aos adultos da instituição se deve a fatores como: instabilidade das relações (devido à rotatividade e transitoriedade dos funcionários), indiferença (associada à pouca experiência e à frieza na relação), agressividade e desconfiança. Porém, houve opiniões contrárias que possibilitaram a nomeação de características positivas em relação a estes profissionais, tais como: proteção, confiança, amizade. Para corroborar estas últimas particularidades existem os estudos desenvolvidos por Faria *et al.* (2008), Carvalho e Manita (2010) e Mota e Matos (2010), que defendem que tanto a equipa técnica como a educativa oferecem às crianças e jovens os cuidados diários inerentes às suas necessidades básicas (alimentação, saúde, higiene e educação), organização da vida quotidiana dos menores, mas também apoio, orientação, suporte e proteção. Como tal, depreende-se que estas pessoas também se constituem como figuras de apoio social e emocional destas crianças e jovens, porque estão lá para os cuidar, acarinhar, informar, orientar e proteger (Cueno, 2009, citado por Paiva, 2012). Assim, se conclui que “as relações na instituição de acolhimento parecem ser o grande suporte [das crianças e jovens institucionalizados] e esta base é fundamental, principalmente se tivermos em conta que foram crianças que muito sofreram no seu passado” e que viram as suas relações interpessoais serem afetadas e fracassadas (Faria *et al.*, 2008, p.7).

Além de proporcionar relações satisfatórias e de possibilitar o acompanhamento técnico especializado que permite responder a determinadas problemáticas, a institucionalização viabiliza que os menores vivam num ambiente seguro e organizado e que tenham acesso a certas oportunidades (Delgado, 2006; 2007). Para esta organização e bom funcionamento da instituição, é necessária a implementação de regras e horários, sendo cada dia planeado tendo em atenção as tarefas diárias das crianças e jovens: a escola, o tempo de estudo e de lazer, as refeições, a higiene e, em alguns casos, a responsabilidade de realizar algumas tarefas domésticas. De acordo com Gonçalves (2008, p.31), esta necessidade de estruturação e planeamento que as instituições requerem, pode “exceder-se na regulamentação da vida quotidiana das crianças, invadindo o seu espaço próprio, além de que a vivência em grupo pode interferir na

organização da intimidade”. Além de que pode também dificultar a construção da autonomia pessoal dos menores, no caso de o acolhimento ser prolongado. Porém, há quem defenda que as regras são essenciais para a organização e para o funcionamento adequado das instituições, no sentido em que regulam a rotina e simplificam a vida quotidiana dos menores que nelas vivem (Gomes, 2005; Leandro *et al.*, 2006; Carvalho & Manita, 2010). Assim, as regras e o conhecimento das rotinas facilitam a integração da criança ou jovem na instituição, além de que lhe permite “organizar a sua angústia e ansiedade, elaborar o sentimento de perda, diminuir o sofrimento e aumentar a probabilidade de se sentir mais tranquila e confiante” (I.S.S., s/d, p.30). Por outro lado, é importante reter que as regras essenciais na vida das crianças e jovens pois permitem que se sintam orientados, seguros das suas ações e organizados (Gomes, 2005; Leandro *et al.*, 2006). Sendo então as regras tão fundamentais na vida dos menores, elas devem ser sempre cumpridas, “pois, se as regras não existissem, a instituição não desempenhava o papel de barreira protetora, instalava-se o caos e as regras seriam impostas pelos mais fortes e mais violentos, no entanto, deve propor-se um mínimo de regras e fazê-lo de forma positiva”, sendo este processo mais interessante, dinâmico e educativo se as crianças e os jovens poderem participar na sua elaboração (Quintãns, 2009, p.72). Esta possibilidade de os menores poderem ser envolvidos na definição das regras, horários e rotinas permite que haja alguma flexibilidade e possibilidade de escolha. Esta possibilidade de negociação possibilita, assim, que as regras, horários e rotinas vão, na medida do razoável, ao encontro dos interesses e necessidades das crianças e jovens, ao mesmo tempo que permite controlar o incerto, a desorganização e a imprecisão (Raymond, 1998, citado por Quintãns, 2009).

Um dos objetivos das instituições de acolhimento passa também por criar condições para o desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens que nelas vivem. Para tal, é necessário incluir estas crianças e jovens na comunidade, nos mais diversos domínios (atividades extracurriculares, grupos e associações desportivas e/ou recreativas, iniciativas comunitárias informais, entre outras). O estabelecimento e cumprimento de regras e rotinas diárias é um dos passos, mas é extremamente necessário dar voz a estas crianças e jovens, no sentido de os envolver como atores sociais para a construção de um plano de desenvolvimento assente no seu bem-estar pessoal e social (Carvalho & Cruz, 2015). É então “fundamental que crianças e jovens em acolhimento tenham a possibilidade de tomar decisões e promover escolhas num plano de crescente

responsabilização e partilha com os pares e os adultos, não apenas relativamente ao que se refere às dinâmicas internas e organização institucional como deve ser promovida a sua inclusão na comunidade envolvente” (Carvalho & Cruz, 2015, p.7).

Assim, pode-se então afirmar que as instituições de acolhimento atuam de forma a compensar a desorganização e a instabilidade que, por norma, caracterizam os contextos familiares de onde estas crianças e/ou jovens provêm. Esta recompensa é feita através do estabelecimento de regras, rotinas e horários que assumem o papel de contrariar a imprevisibilidade e, por consequência, a insegurança que dela advém. O facto também de existirem limites na própria estrutura física das instituições, cria também a noção de segurança e proteção para os menores que nelas vivem. O sentimento de segurança pode também transparecer através das relações afetuosas e de confiança que são estabelecidas no interior das instituições (Quintãns, 2009). Estas relações, principalmente as que acontecem entre os menores e os adultos das instituições, são também controladoras de emoções negativas. Relações baseadas na compreensão, na tolerância, na empatia e orientação promovem a expressão de sentimentos positivos, facilitam a comunicação e simplificam o estabelecimento de novas relações. É também necessário que estas relações sejam assentes na firmeza e no rigor, sem necessidade de serem autoritárias, pois só assim é possível verificar-se congruência e estabilidade entre os discursos e as ações. Por outro lado, estas relações estabelecidas entre os adultos e os menores são baseadas na facilitação de informação, que para além de ajudar os mais novos a construir uma imagem mais organizada e estável de si e do mundo, também reduz a imprevisibilidade e a instabilidade de determinadas situações e comportamentos (Quintãns, 2009). Por outro lado, as instituições de acolhimento são também promotoras de desenvolvimento e de construção da identidade, pois tal como já foi visto anteriormente, oferecem a possibilidade de acompanhamento técnico especializado, que auxiliam as crianças e os jovens institucionalizados a (re)construírem o seu passado e futuro e a reestruturarem o seu autoconceito (Quintãns, 2009).

Tendo tudo isto em consideração, importa perceber que existem algumas dimensões que podem influenciar as consequências, negativas ou positivas, no desenvolvimento das crianças e jovens que estão associadas à institucionalização, nomeadamente: i) motivo de separação dos pais; ii) qualidade da relação precoce com as figuras parentais; iii) possibilidade de desenvolver relações de vinculação após a separação parental; iv) qualidade dos cuidados prestados na instituição; v) idade de

entrada e tempo de permanência na instituição; vi) gênero e temperamento da criança (Grusec & Lyton, 1988, citados por Silva, 2004; Palacios, 2003).

Em termos de conclusão, ainda que haja investigações que possam evidenciar os riscos que a institucionalização provoca no desenvolvimento das crianças e jovens, não se pode descurar que ela se constitui como uma medida que possibilita a vivência num meio harmonioso, estimulador e humano. Deste modo, torna-se essencial que se encare a institucionalização como uma medida de último recurso, que só deve ser aplicada no caso de todas as outras medidas se mostrarem ineficientes. Além disso, é importante que durante o período de acolhimento, que as instituições reúnam esforços para que funcionem da melhor forma possível, devendo, acima de tudo, preocupar-se em adotar práticas o mais próximas possível de uma vida familiar, pois só assim estas crianças e adolescentes se sentirão seguras para se desenvolverem de forma saudável e se habituarão à nova realidade.

1.6. As representações sociais de adolescentes institucionalizados

De acordo com o estudo desenvolvido por Carvalho & Manita (2010), a entrada numa instituição é descrita pelos menores como um momento doloroso, acompanhado por sentimentos de tristeza, medo, solidão, vergonha e mal-estar. Para este tipo de sentimentos contribuem fatores como o afastamento do seio familiar e dos amigos. Contudo, com o passar do tempo, este sentimento altera-se. Segundo, Delfabbro, Barber & Bentham (2002, citados por Faria *et al.*, 2008) as crianças institucionalizadas estão, de modo geral, satisfeitas com o seu acolhimento e referem sentir-se seguras. McKenzie (2002, citado por Faria *et al.*, 2008) realizou um estudo com antigos residentes de nove instituições americanas, que revelaram que a sua experiência de acolhimento foi positiva, tendo destacado aspetos como a educação, desenvolvimento de competências, valores, manutenção de laços com os irmãos, bem como sentimento de estabilidade e permanência.

Muitas crianças e adolescentes sentem que o seu funcionamento é pautado por um vasto número de regras, rotinas, horários e castigos. Embora exista esta perceção, os menores também admitem que é este tipo de organização que lhes permite crescer e desenvolver certos valores e atitudes, ao mesmo tempo que lhes possibilita uma vida mais orientada e livre de contratempos (Carvalho & Manita, 2010; Paiva, 2012). Embora exista esta perceção,

No que toca às relações estabelecidas dentro das instituições, as crianças e adolescentes destacam as relações com os grupos de pares e com os adultos que desempenham funções de ajudantes de ação educativa, pois são estas pessoas com quem lidam diariamente e, por essa razão, são elas que são vistas como figuras que prestam o apoio, proteção, segurança e orientação de que necessitam para o seu crescimento enquanto seres humanos (Mota & Matos, 2010; Paiva, 2012).

2. Justificação do estudo

O acolhimento institucional de crianças é uma resposta social que visa a promoção e proteção de menores que vivenciam situações de perigo que comprometem o seu desenvolvimento saudável e equilibrado (Alves, 2007; Carvalho, 2013). Apesar da institucionalização criar condições de desenvolvimento e de realização pessoal, de forma a superar os contextos desfavoráveis e as próprias estruturas fragilizadas dos menores, é certo que ela tem um forte impacto na vida dos mesmos (Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho, 2006; Sousa, Pires & Galante, 2005). Ser integrado numa instituição constitui uma mudança avassaladora que acarreta repercussões a vários níveis na vida do menor, podendo, por isso, existir significados e sentimentos ambíguos e ambivalentes em relação à institucionalização (Sousa, Pires & Galante, 2005; Cuneo, 2009). É por esta razão que se torna pertinente dar voz a estas crianças, de modo a que seja possível compreender a forma como elas perspetivam e experienciam a institucionalização.

3. Objetivos do estudo

O presente estudo centra-se na análise das narrativas de menores institucionalizadas sobre as suas perceções e vivências face à institucionalização, visando compreender as suas perceções sobre o fenómeno da institucionalização em geral, de modo a depreender como percecionavam a institucionalização antes de a vivenciarem, mas também como se sentiram aquando do momento em que tiveram conhecimento de que iriam ser acolhidos num lar de infância e juventude. Por outro lado, com este estudo pretende-se também perceber a forma como as menores experienciaram o seu processo de acolhimento em instituição, explorando as memórias que têm da chegada à instituição e dos primeiros dias na nova “casa”, quais os sentimentos associados e as relações estabelecidas nos primeiros dias. É também objetivo deste estudo, compreender a forma como vivenciam o seu quotidiano na instituição, ou seja, perceber como é a sua vida na

instituição, como lidam com as regras da mesma, se participam nas decisões e na definição do projeto de vida. Além disso, valida perceber o estabelecimento de relações interpessoais dentro e fora da instituição, a fim de compreender o tipo e a importância das redes de apoio social que as menores têm. Este estudo procura, ainda, explorar os aspectos que as jovens mudariam na instituição, com o intuito de perceber aquilo que as incomoda e o que modificariam para tornar o lar mais do seu agrado.

4. Metodologia

4.1. Entrevista com análise de conteúdo

Este estudo seguiu os pressupostos da metodologia qualitativa, uma vez que ela procura compreender pormenorizadamente significados e características situacionais apresentados pela realidade em investigação (Ribeiro, 2008). A investigação qualitativa é a predileta no âmbito das Ciências Sociais, pois permite uma investigação *in locus* o que, por consequência, possibilita uma recolha de informação mais pormenorizada, mas também o envolvimento nas experiências reais dos participantes (Creswell, 2007). Isto para além de autorizar um conhecimento mais detalhado das atitudes, percepções, crenças e valores dos participantes, viabiliza a participação ativa dos mesmos (Fraser & Gondim, 2004).

O método de recolha de dados utilizado neste estudo foi o estudo de caso, pois o seu uso é adequado em investigações em que se pretende compreender, explorar ou descrever fenómenos ou contextos pouco conhecidos e complexos nos quais estão, simultaneamente, envolvidos diversos fatores. Este método pressupõe que o investigador observe, interprete e analise criticamente o contexto que está a estudar, pois só assim será possível conhecê-lo e compreendê-lo na sua totalidade (Gil, 2008; Yin, 2010).

Por sua vez, a entrevista assumiu destaque como técnica de recolha de dados. Se com este estudo se pretendeu analisar as narrativas de menores institucionalizadas, a entrevista foi a técnica de recolha de dados mais adequada, pois ao privilegiar a fala das menores permite que se tenha acesso às opiniões, aos valores, às experiências e aos significados que as mesmas têm sobre a instituição em que vivem (Júnior & Júnior, 2011; Amado, 2013). Julga-se pertinente referir que para esta pesquisa foi posta em prática a entrevista semiestruturada. A opção por este tipo de entrevista residiu na necessidade de encaminhar a entrevista de modo a que fossem apresentadas respostas aos objetivos do

estudo, não descurando, ao mesmo tempo, a continuidade do discurso e do pensamento da menor.

Assim, para dar cumprimento às entrevistas privilegiaram-se visitas semanais a um lar de infância e juventude, com o intuito de estabelecer um contacto próximo com as menores, a fim de ser criada uma relação mais próxima e empática com as mesmas. Estabelecer uma relação de proximidade e um diálogo mais informal com as jovens propiciou um conhecimento mais alargado acerca das mesmas, das suas opiniões, experiências e sentimentos, facto que pode facilitar o conhecimento de determinados aspetos que em entrevista não foram transmitidos. Deste modo, para estabelecer esta relação de proximidade seguiram-se os pressupostos da observação participante e, assim, observou-se e participou-se em algumas dinâmicas da mesma, aproveitando estes momentos para potenciar um espaço de diálogo e democracia, onde a partilha de opiniões, saberes e experiências das menores foram estimuladas e valorizadas.

Como tal, a observação participante foi uma técnica de recolha de dados que complementou a entrevista semiestruturada, no sentido em que a primeira consentiu, através da observação, do contacto direto com os sujeitos e da reflexão, uma análise indutiva e compreensiva das menores e das suas ações, sentimentos e perceções (Gil, 2008; Correia, 2009).

4.2. Participantes

Nesta investigação participaram seis adolescentes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 14 e os 18, institucionalizadas num lar de infância e juventude situado no distrito do Porto. Estas jovens já estavam acolhidas neste lar há mais de dois anos e todas frequentam a escola pública, frequentando o ensino preparatório ou o ensino secundário através do ingresso em cursos profissionais. As jovens estão institucionalizadas devido a razões como: exposição a modelos de comportamentos desviantes (fuga do espaço habitacional, consumo de álcool e substâncias psicoativas, furto, abandono escolar) e contexto familiar desfavorável (problemas socioeconómicos e habitacionais, histórias de acontecimentos criminais, instabilidade conjugal e famílias monoparentais ou reconstituídas, negligência). Torna-se pertinente salientar que a escolha das participantes envolvidas no estudo foi feita em articulação com a diretora técnica da instituição, no sentido em que esta é uma figura que reúne um conhecimento mais

alargado sobre o percurso das jovens e pode facultar alguns conselhos e informações sobre as mesmas.

4.3. Instrumentos

Para atender aos interesses da investigação e auxiliar a focalizar as narrativas das menores em aspetos específicos, foi elaborado um guião de entrevista, que respeitou as regras de abertura e flexibilidade (Gil, 2008; Aires, 2015). Mediante autorização da instituição e das participantes, as entrevistas foram gravadas, pois isso possibilitou que fosse ampliado o poder de registo e captação de elementos de comunicação de extrema importância que aprimoram a compreensão da narrativa. Importa salientar que as adolescentes entrevistadas foram interrogadas sobre o interesse de se envolverem e participarem nestas entrevistas, sendo-lhes, para tal, apresentado um consentimento informado que lhes comunicava os princípios orientadores deste estudo e as ações a realizar. Só após a leitura e assinatura do documento por parte das jovens é que se deu início à realização das entrevistas.

4.4. Procedimentos

As entrevistas foram realizadas em local definido pelas menores entrevistadas, de modo a que elas se pudessem sentir mais confortáveis e menos constrangidas com o facto de estarem a ser entrevistadas e gravadas. Independentemente do local escolhido, foi sempre exigida e respeitada a privacidade das mesmas. Após serem realizadas as entrevistas, foi posto em prática o processo de análise das mesmas, através da forma de tratamento mais frequentemente utilizada na investigação social - a análise de conteúdo. Analisar o conteúdo de entrevistas consiste em descobrir o discurso que existe por detrás das palavras expressas. De certo modo, a análise de conteúdo consiste numa interpretação e desocultação de uma mensagem que apesar de parecer clara, esconde um significado e um sentido que deve ser explorado (Bardin, 2009).

5. Resultados das entrevistas e da análise de conteúdo

Para proceder à análise de resultados das entrevistas, procedeu-se à definição de categorias e subcategorias de análise. Para que a apresentação de resultados e a análise de conteúdo seja mais facilmente perceptível, considerou-se a necessidade de delimitar um ponto para cada uma das categorias e subcategorias.

5.1. Expectativas

A primeira categoria de análise diz respeito às expectativas, ou seja, aqui procurou-se refletir sobre as expectativas das adolescentes em relação ao fenómeno da institucionalização em geral, sendo que as subcategorias de análise definidas foram as perceções, os sentimentos e a informação.

Assim, antes de serem institucionalizadas, as jovens tinham uma perceção bastante negativa face ao acolhimento institucional. Consideravam que esta seria uma má experiência, pois acreditavam que iriam ser alvo de violência (“pensava que batiam nas miúdas”; “diziam que havia funcionárias que batiam nas meninas”) e que veriam a sua liberdade ser condicionada (“achei que não ia ter liberdade nenhuma”; “achava que as pessoas estavam muito fechadas, que não tinham liberdade”). Ao processo de institucionalização estão também associados o cumprimento de muitas regras e a realização de tarefas, facto que desagradava e assustava as jovens, pois era algo a que não estavam habituadas. Excepcionalmente, uma das entrevistadas referiu que as regras, a possibilidade de frequentar a escola e ter a vida mais organizada foram os motivos que a levaram a encarar a institucionalização como um aspeto positivo, como algo bom para a sua vida. De salientar que a visão negativa que as jovens detinham em relação ao processo de institucionalização advém de opiniões difundidas na sociedade e que foram partilhadas com as mesmas.

Quando questionadas sobre o que sentiram quando souberam que iriam ser institucionalizadas, as adolescentes expressaram terem sentido medo, tristeza, receio e confusão (Ver Gráfico 1). Contudo, é importante evidenciar a ambiguidade de sentimentos por parte de uma das entrevistadas “eu fiquei contente por um lado e triste por outro. Fiquei contente, porque ia para um sítio que eu achava que era bom e fiquei triste por deixar a minha mãe e o meu irmão”.

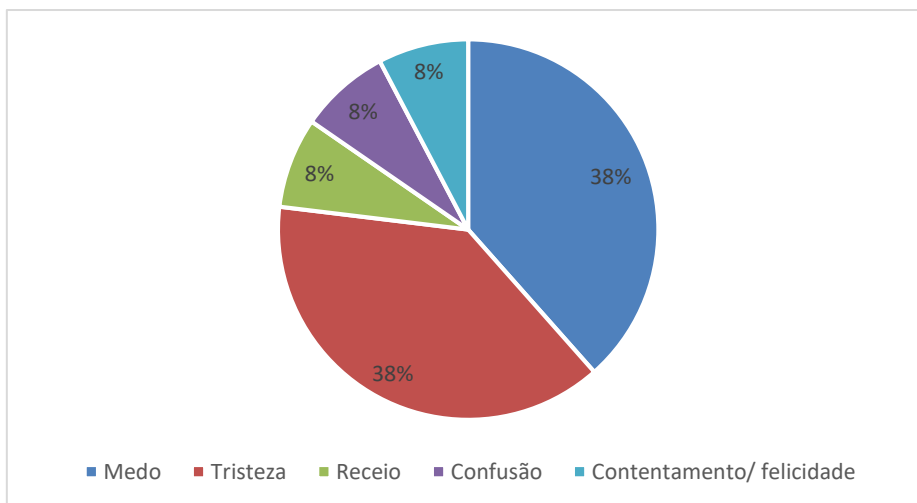


Gráfico 1. Sentimentos associados à institucionalização

No que concerne à informação previamente prestada sobre o que era viver numa instituição, a maioria das entrevistadas referiram que as técnicas da Comissão e Proteção de Crianças e Jovens ou a Assistente Social responsável pelos seus processos as orientaram e explicaram o que era/como seria viver numa instituição. Porém, duas das entrevistadas mencionaram não ter tido qualquer tipo de esclarecimento e orientação (Ver Gráfico 2). Esta falta de esclarecimento e de orientação ou até mesmo a incerteza de como será, realmente, viver numa instituição criou nas jovens sentimentos de medo, insegurança e angústia, especialmente quando uma delas foi “ameaçada” de que iria para um colégio.

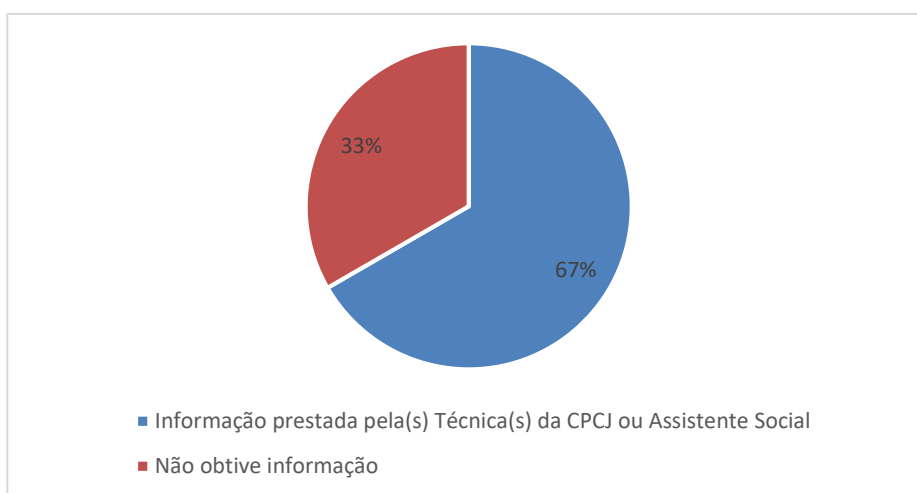


Gráfico 2. Informação sobre o que é viver numa instituição

5.2. Acolhimento

A categoria acolhimento foi definida com o objetivo de indagar a experiência de acolhimento das adolescentes entrevistadas e, para isso, foram definidas as seguintes subcategorias: recepção, sentimentos, partilha de sentimentos, memórias, pessoas significativas, reação à chegada e amizades nos primeiros dias na instituição.

Relativamente à recepção na instituição, à exceção de uma entrevistada, todas as outras recordam o seu primeiro dia no Lar, nomeadamente o momento da chegada, da(s) pessoa(s) que as receberam, da visita guiada para o conhecimento das instalações, as primeiras conversas e interações nesse dia (Ver Gráfico 3). Além disso, do número total de entrevistadas, metade revela ter sido bem-recebida, porém uma delas mostrou ter sentido receio e uma outra teve a percepção de que as restantes colegas não gostavam dela (Ver Gráfico 4).

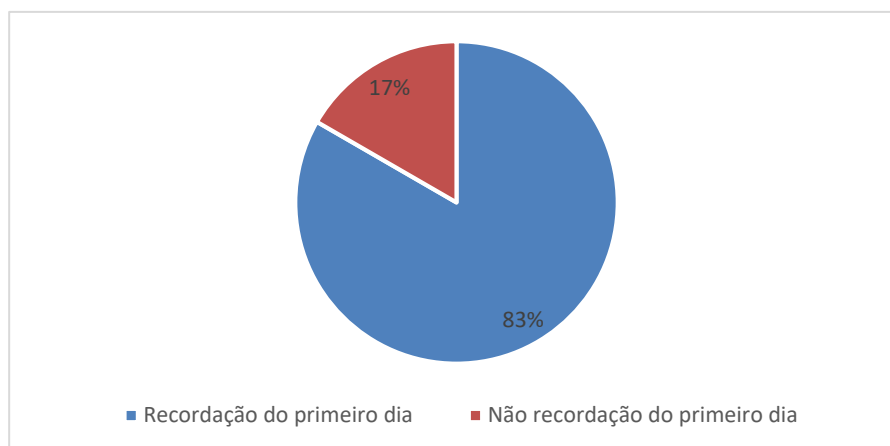


Gráfico 3. Recepção - Recordação do primeiro dia na instituição

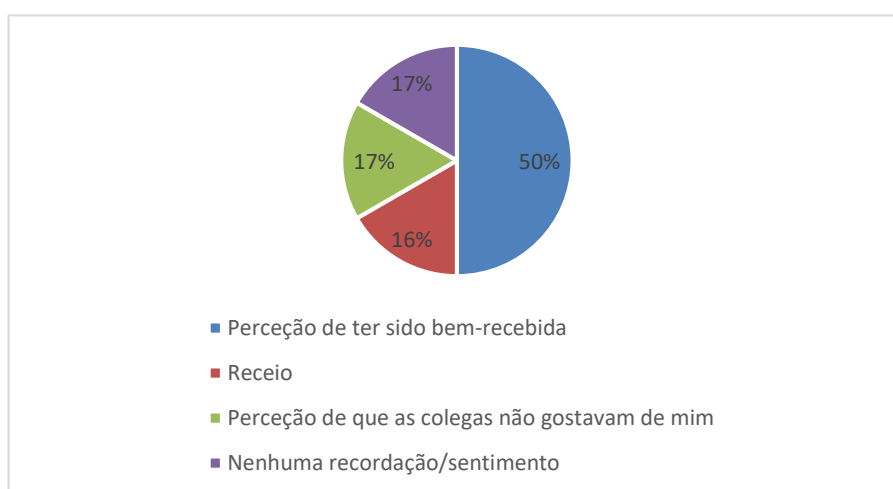


Gráfico 4. Recepção - Percepções e sentimentos

Quando questionadas sobre como se sentiram nos primeiros dias na instituição, as jovens revelaram ter experienciado momentos de vergonha, solidão, estranheza e tristeza. As adolescentes entrevistadas explicaram que vivenciaram estes sentimentos por estarem longe de casa e não terem a companhia das suas famílias, pelas saudades que tinham dos familiares, por não conhecerem ninguém e por aquele ser um espaço a que não estavam habituadas. Contrariamente à maioria das colegas, é de realçar que uma das entrevistadas divulgou ter-se sentido “bem” nos primeiros dias e, uma outra, respondeu que “não estava triste” embora sentisse que ninguém gostava dela (Ver Gráfico 5). Esta última resposta foi apresentada pela mesma jovem que revelou encarar a institucionalização como um aspeto positivo, por saber que essa era a oportunidade que tinha para poder ter uma vida organizada e poder frequentar a escola, ainda que para isso ficasse triste por deixar a mãe e o irmão.

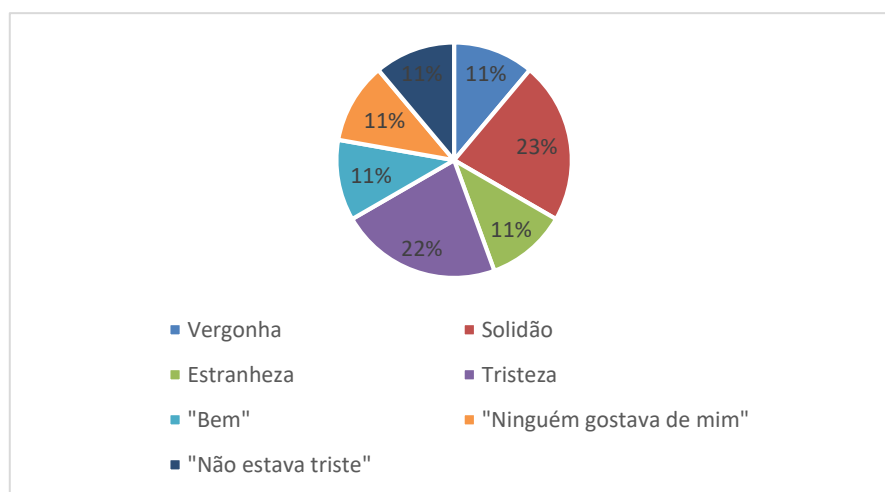


Gráfico 5. Sentimentos associados aos primeiros dias na instituição

No que concerne à partilha destes sentimentos, a maioria das jovens referiu não partilhar com ninguém aquilo que sentia, porém algumas mencionaram tê-lo feito junto de outra colega da instituição, ou mesmo com elementos da equipa educativa e/ou equipa técnica. Ainda assim, importa acrescentar que uma das entrevistadas que afirmou que, por norma, não partilhava os seus sentimentos, se sentisse necessidade de o fazer preferia fazê-lo com a equipa técnica ou com determinados elementos da equipa educativa (Ver Gráfico 6).

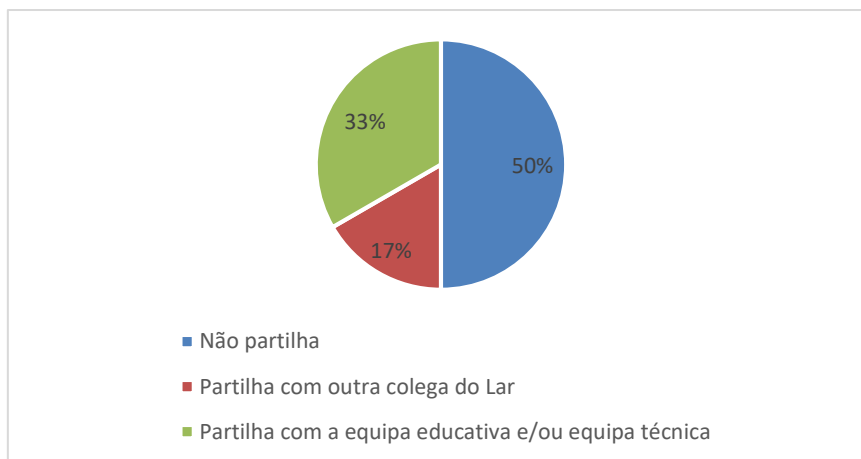


Gráfico 6. Partilha de sentimentos durante os primeiros dias na instituição

Em relação às memórias associadas aos primeiros dias na instituição, foram apresentadas várias respostas. Houve quem referisse não ter “boas nem más memórias” e houve quem recordasse esses dias como sendo “dias maus”, isto porque experienciaram sentimentos negativos como o nervosismo, a vergonha e a tristeza, sentimentos estes fortemente relacionados com a saudade da casa onde viviam e da família. A solidão é também uma palavra frequente nestes relatos e entende-se que esteja relacionado com a saudade, mas também com o facto de estarem num local que não é o seu, onde não conhecem ninguém e, que por isso, se sente “sozinha[s]”. Todavia, houve também respostas como “foram dias maus, mas pronto, depois foi melhorando”, “estive algumas noites e tardes contente, porque me faziam rir e divertíamos-nos”, “as boas [memórias] estão relacionadas com o facto de poder sair e de poder fazer atividades e coisas que nunca tinha feito” “escrevia muito e li um livro que a minha CPCJ me deu”, que fazem denotar que, de facto, a institucionalização não é vivenciada por todas as jovens da mesma forma. Se no início, poderia parecer “mau”, com o tempo foi melhorando e houve mesmo quem se sentisse bem, porque se divertiu e realizou atividades que antes não estava acostumada a fazer ou até mesmo nunca fizera.

Relativamente às pessoas significativas nos primeiros dias, foi possível verificar que a equipa técnica e a equipa educativa são pessoas verdadeiramente importantes para estas adolescentes, mais do que as próprias colegas do lar. Unicamente uma das jovens entrevistadas respondeu “não tenho ninguém importante, raramente metia conversa com alguém” (Ver Gráfico 7).

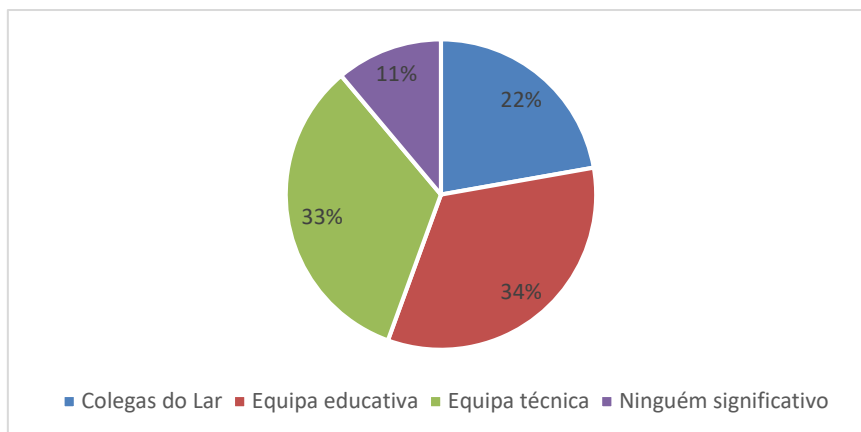


Gráfico 7. Pessoas significativas nos primeiros dias na instituição

No que toca à reação à chegada, as jovens referiram que as outras colegas “reagiram bem”, que mostravam querer ajudar e procuravam inseri-las nos grupos e nas atividades, não as colocando “de parte”. Apenas uma das entrevistadas referiu que quando chegou à instituição, sentiu que as colegas não gostavam dela. Já no que diz respeito às amizades estabelecidas no interior do Lar, as adolescentes mencionaram que “foi fácil” fazer amigas, embora esta amizade não tivesse sido instituída logo na primeira semana. Segundo as menores entrevistadas, as conversas, a realização de atividades e a partilha de tarefas foram os impulsionadores da criação destes laços. De notar que a idade, a personalidade, a confiança e os conflitos são fatores que influenciam o estabelecimento e o fortalecimento de relações, pois, por norma, as jovens têm tendência a relacionar-se as meninas da mesma idade e que têm personalidades compatíveis e evitam relacionar-se com aquelas que, comumente, são impulsionadoras de situações de conflito.

5.3. Quotidiano no lar

Com a categoria quotidiano no lar pretende-se analisar como é para estas jovens estar no lar. Para auxiliar esta reflexão foram definidas as seguintes subcategorias: dia-a-dia, atividades desenvolvidas, regras, horários e, por fim, organização do lar.

Quanto ao dia-a-dia na instituição, cinco das seis jovens entrevistadas mencionaram que é “bom” estar no lar. Há uma notória diferença nos testemunhos das jovens em relação ao antes e ao agora na instituição. Se quando entraram no lar tinham uma visão negativa daquilo que poderia ser estarem institucionalizadas, com o passar do tempo as opiniões foram mudando e, hoje em dia, conseguem perceber a institucionalização de forma contrária. Hoje, as adolescentes depreendem que viver no

lar constitui uma oportunidade de se desenvolverem e de terem acesso a determinadas oportunidades que não teriam se vivessem em casa com a família. De acordo com os seguintes excertos, é possível verificar que as jovens reconhecem que o lar lhes pode possibilitar um desenvolvimento biopsicossocial saudável e adequado e que isso é, sem dúvida, uma mais-valia para elas e para o seu futuro: “nós somos bem acolhidas aqui, temos coisas boas, somos bem-educadas”, “temos coisas e oportunidades que se calhar em casa não tínhamos, tratam-nos bem, não nos falta nada”, “isto é uma oportunidade para nós sabermos sair daqui como umas mulheres”, “nós aqui estamos privilegiadas (...) nós aqui temos tempo para tudo: temos tempo para estudar, para estar no telemóvel, para tomar banho, para dormir as horas certas, para estar na conversa umas com as outras, horas para as refeições todas, enquanto em casa, decerto, não tínhamos isso”, “aqui estão-nos a pagar os estudos para nós estudarmos e termos uma vida melhor”. Contrariamente a todas as colegas, só uma das entrevistadas referiu que não gosta de viver no lar, pois para ela é difícil ter que aceitar e cumprir as regras que lhe são impostas, uma vez que em casa não tinha que as cumprir “não gosto muito de estar aqui, porque tenho que me habituar e aceitar as regras que elas me impõem e é essa a parte mais difícil (...) eu não estava habituada a ter regras”.

Este estudo sobre as vivências e as perceções de menores institucionalizadas, procurou também compreender em que medida as jovens participam nas atividades desenvolvidas pela instituição e se são também envolvidas no planeamento das mesmas. Tendo em consideração as respostas das adolescentes entrevistadas, pode verificar-se que todas elas participam nas atividades desenvolvidas pela instituição, sendo que a maioria delas participa porque gosta, uma delas porque é “obrigada” e uma outra referiu que participa porque gosta e porque é “obrigada” (Ver Gráfico 8). Aqui o termo “obrigada” não é usado no sentido literal da palavra, pois nenhuma das jovens é, efetivamente, forçada a realizar uma atividade que não gosta, contudo é notório o interesse, solicitação e perseverança por parte da equipa técnica e educativa em envolver todas as jovens nas diversas atividades desenvolvidas pelo lar.

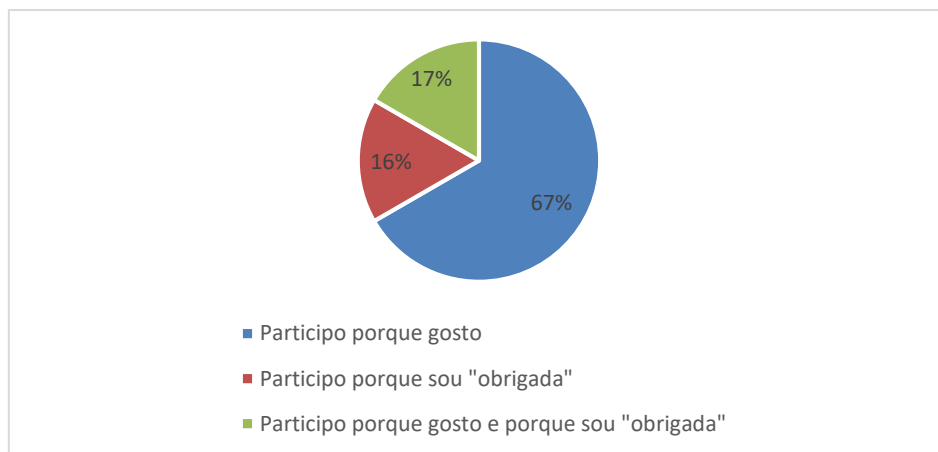


Gráfico 8. Participação nas atividades desenvolvidas pela instituição

Ainda no que diz respeito às atividades, é evidente o interesse das jovens nas atividades de verão (colônias de férias), pelos festejos do Natal e da Páscoa, uso de tecnologia (telemóvel, internet, televisão) e por atividades físicas (dança, piscina, entre outras). Ainda neste ponto, foram exploradas a pertinência e o gosto pela realização de tarefas domésticas, uma vez que, todos os dias, as adolescentes são responsáveis pela realização de tarefas como: arrumar o quarto, limpeza dos espaços comuns (refeitório, sala de estudo, sala da TV e quartos-de-banho), pôr e levantar a mesa para as refeições e separação da roupa. Então, aquilo que foi apurado foi que, embora as jovens não apreciem muito a realização das tarefas domésticas, entendem que elas são importantes, pois isso irá prepará-las para o futuro e torná-las-á mais autónomas e, por isso, não se sentem incomodadas por terem que as executar. No que toca ao envolvimento das entrevistadas no planeamento das atividades, elas referem que, por norma, não fazem propostas para outras atividades. Embora manifestem o seu interesse ou desinteresse em determinada atividade, raramente tomam a iniciativa de apresentarem novas atividades.

Relativamente às regras estabelecidas na instituição, as jovens até podem considerar que existem algumas regras, mas compreendem que elas são necessárias para a boa organização e funcionamento do lar, mas também para o próprio desenvolvimento das mesmas enquanto seres de direitos e deveres: “é importante termos regras”, “tem de haver regras para haver organização”, “são regras adequadas à nossa idade”. Assim, as adolescentes concordam com as regras implementadas, mas referem que nem sempre tiveram esta opinião e que a adaptação a elas foi difícil, pois não estavam habituadas a cumprir muitas regras nos seus seios familiares “por um lado era complicado porque era diferente de casa”, “não estava habituada a ter muitas regras em casa”. Tendo isto em

consideração, as entrevistadas compreendem a existência de regras e aceitam que sejam aplicadas consequências/sanções para quem não as cumpre. Quando questionadas sobre se existe alguém que lhes explique o sentido das regras e das rotinas existentes no lar, as jovens respondem que sim, que tanto a equipa técnica como a equipa educativa o fazem, mesmo quando elas não concordam e contestam a aplicação de determinada regra. Ainda em relação às regras, foi necessário analisar se as adolescentes encaram a existência das mesmas como algo importante para elas e para o seu futuro e as respostas foram todas positivas. Além de compreenderem que as regras são essenciais para quem para cada um de nós enquanto seres que vivem numa sociedade, de entenderem que as regras são extremamente essenciais para garantir a organização e a harmonia de uma instituição, também percebem que isso será importante para o futuro delas e estabelecem paralelismo com a vida fora da instituição enquanto mulheres adultas, mas também relacionam com a vida familiar e profissional: “vão permitir aprender coisas que são importantes para quando sair daqui”, “se eu levar estas regras lá para fora, eu vou saber dar uma educação boa (...) se agora nos põe as regras e eu as souber levar, chego lá fora, um dia que tenha um filho, também as vou saber pôr”, “quando sair daqui, ou mesmo quando tiver filhos, vou ter de ter regras e pôr regras em casa”, “e acho que isso é bom, porque, por exemplo, num trabalho, eu não vou dar um estalo a alguém só porque me disseram uma coisa que não é boa”.

À semelhança do que acontece com as regras, as jovens também encaram bem o facto de terem horários definidos, quer seja para acordar/deitar, para as refeições, para as tarefas e para o estudo ou mesmo para as saídas ao exterior. Referem que os horários são flexíveis e que é bom ter a rotina delas planeada e se sentirem orientadas: “os horários são bons, até estão bem planeados”, “os horários estão bem assim, porque temos tempo para tudo. Temos tempo para sair, para ter o telemóvel, basicamente para tudo”, “agrada-me ter horários porque assim a casa funciona bem e tem uma ordem”. Embora estejam satisfeitas com os horários pré-definidos, deixam escapar que, por vezes, contestam porque há dias que gostavam de estar mais tempo com os amigos, de ter o telemóvel mais tempo porque estão a falar com alguém, ou porque estão cansadas e não querem estudar mais.

Foi também explorado junto das jovens se consideravam que a forma como a instituição está organizada é semelhante à organização de uma família e as respostas foram interessantes. As adolescentes entrevistadas reconhecem que há famílias onde não

existem regras e que há outras que onde são impostas muito regras e, por isso, admitem que o lar onde vivem tem regras ajustadas e que são essenciais para terem uma vida “organizada” e “estável”. Assim, as jovens constataam que “o lar é como as casas que têm regras, mas que não são exageradas, que estão bem assim. Precisamos de regras para nos organizarmos, para aprendermos e para crescer. Precisamos de regras para nos tornarmos adultas” e admitem que “às vezes também temos exceções, se nos portarmos bem e assim”.

5.4. Relações interpessoais

A categoria relações interpessoais foi definida com o intuito de verificar como são as relações (interpessoais) destas jovens dentro e fora da instituição onde vivem. Para esta categoria, foram criadas as subcategorias de análise: equipa técnica e educativa, colegas do lar, partilha de quarto, conflitos no lar e amizades fora da instituição.

A relação com a equipa técnica e com a equipa educativa é percebida, por todas as jovens, como sendo uma relação saudável, de proximidade e apoio. Todas as entrevistadas referiram ter “uma boa relação” tanto com a equipa técnica como a educativa, revelando, como é natural, mais afinidade com determinados elementos de cada uma das equipas. As menores entrevistadas reconhecem estas pessoas como figuras de apoio social e afetivo, que demonstram preocupação e oferecem a proteção e o aconselhamento de que necessitam. Estas pessoas são, efetivamente, a sua rede de suporte e são elas que as jovens procuram e privilegiam quando precisam de determinada orientação e conselho.

Já a relação com as colegas do lar não segue os mesmos contornos, já não é tão linear, pois a diversidade de personalidades e idades faz com que as jovens se relacionem mais e tenham mais afinidade com aquelas que têm idades mais próximas e se distanciem das que são mais “velhas/novas” e das quais não se identificam em termos de características pessoais. Contudo, revelam ser coerentes e se sentem que o convívio com determinada rapariga pode desencadear situações de conflito, preferem evitá-la e tentar “não falar muito”. Tudo isto revela que a interação entre as várias meninas que vivem no lar é saudável, pois é bastante natural que haja mais afinidade com umas do que com outras. É também notório que a confiança é um valor muito importante para a amizade destas adolescentes, pois este é um termo várias vezes referido nas suas respostas. Se há confiança na outra pessoa, as jovens aproximam-se e criam laços de amizade, caso

contrário isso não acontece. É também graças à confiança que procuram aquela amiga para falar de determinados assuntos, mas é curioso que quando a colega não “dá as respostas que eu quero” ou quando precisam de “falar sobre assuntos mais sérios” procuram a equipa técnica ou educativa, porque são elas que transmitem maior confiança, conhecimento e experiência.

No que diz respeito às relações interpessoais, foi também examinada a questão da partilha de quarto, sendo que aqui as opiniões se dividem de igual forma: metade das entrevistadas gosta de dividir o quarto com outras colegas e a outra metade preferia ter um quarto só para si. As razões que levam as jovens a gostar de dividir o quarto são: afinidade com a colega de quarto, possibilidade de se sentirem mais próximas das colegas e de conviverem e partilha de tarefas para a limpeza do quarto. Por outro lado, as adolescentes que preferiam ter um quarto só para si indicam como motivos: a diferença de idades, a organização e limpeza do quarto, barulho das restantes na hora que querem descansar e as discussões que surgem devido aos previamente elencados.

Tal como referido anteriormente, por vezes existem situações de conflito entre as jovens que vivem no lar. Segundo as jovens, quando esses momentos de discórdia acontecem é, maioritariamente, necessária a intervenção da equipa técnica ou educativa, porque nem sempre as menores conseguem ter calma, conversar pacificamente e chegar a um acordo sozinhas.

Relativamente às amizades fora da instituição, as adolescentes mencionaram estabelecer relações de amizade com os colegas que frequentam a mesma escola, com pessoas que vivem nas imediações da instituição, mas também com os amigos que já tinham antes de serem institucionalizadas que, por norma, são aqueles que vivem perto da casa dos seus familiares. As jovens têm por hábito encontrarem-se e conviver com estes amigos na escola, ao fim-de-semana quando têm possibilidade de sair ou então quando vão de fim-de-semana ou de férias para a casa das suas famílias.

5.5. Mudanças

Por fim, a categoria mudanças pretende averiguar o que é que as jovens modificariam na instituição. Assim, as subcategorias escolhidas foram: avaliação e mudanças a fazer. Como tal, num primeiro momento foi pedido às jovens que avaliassem a instituição de 1 a 5 sendo que: 1. nada satisfeita; 2. pouco satisfeita; 3. nem muito nem

pouco satisfeita; 4. satisfeita; 5. muito satisfeita. Tendo em consideração esta escala, foram obtidos os seguintes resultados:

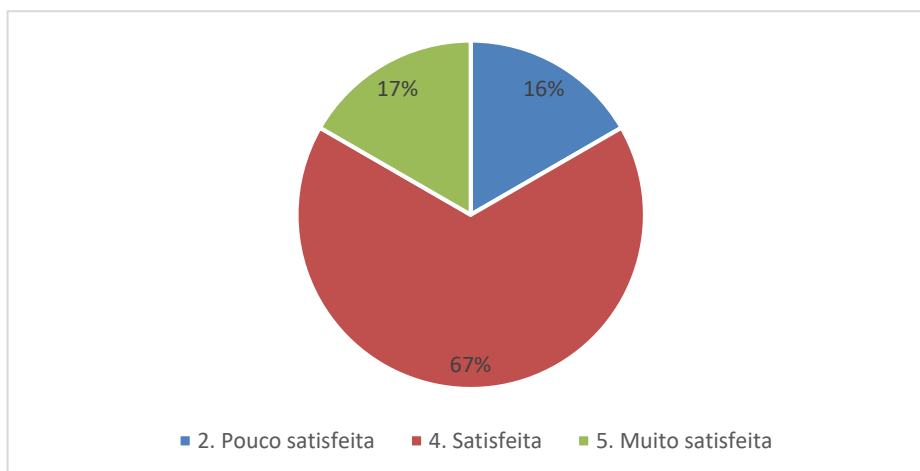


Gráfico 9. Avaliação da instituição

As entrevistadas que mencionaram estar satisfeitas ou muito satisfeitas com a instituição, são aquelas que consideram que foram bem acolhidas, se sentem bem no local onde vivem, sentem que as suas necessidades são satisfeitas, reconhecem a importância e sabem lidar com a existência de regras e horários e têm relacionamentos positivos com as demais colegas. Já a adolescente que respondeu estar pouco satisfeita, refere que se sente “fechada” e que para ela é difícil estar longe da família e só estar com ela nos fins-de-semana que é autorizada a isso. Além disso, sente muita dificuldade em aceitar e cumprir as regras, uma vez que em casa não estava habituada a que ninguém lhe impusesse regras e, por isso, se sentia mais livre e menos controlada.

Quando questionadas sobre as mudanças que fariam na instituição, caso lhes fosse dada essa possibilidade, as respostas apresentadas foram: ter televisão por cabo, ter internet em todas as divisões, tempo de utilização do telemóvel, não realizar de tarefas domésticas, alteração dos horários (hora de deitar, tempo destinado às saídas ao exterior, tempo de estudo), organização dos quartos e das alas (de forma a possibilitar que as jovens a partir dos 16 anos fossem transitadas para uma ala em que pudessem trabalhar a sua autonomização), realização de atividades no exterior (atividades extracurriculares e prática de desporto) (Ver Gráfico 10).

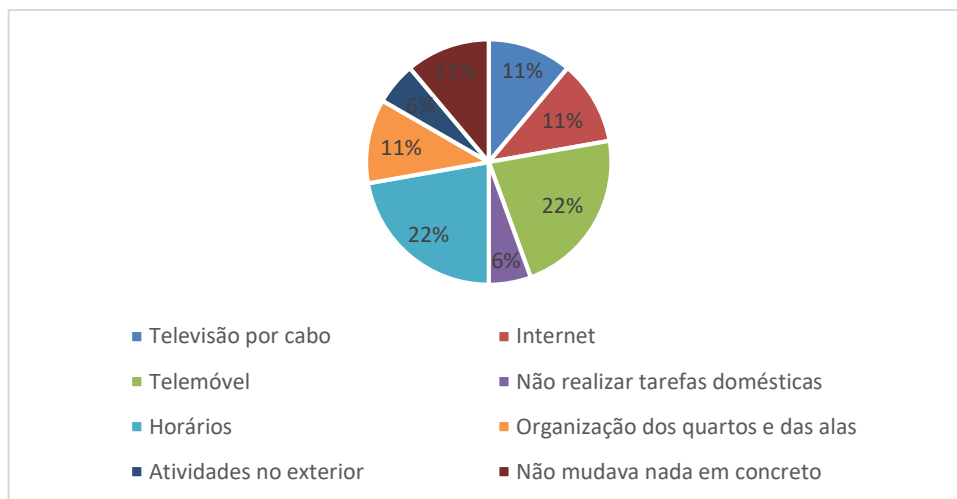


Gráfico 10. Mudanças na instituição

6. Discussão

Este último capítulo será destinado às várias considerações sobre todo o trabalho de investigação realizado, debruçando-nos, essencialmente, nas entrevistas realizadas, pois são elas que nos dão as informações que procuramos.

Deste modo, o início do processo de institucionalização destas jovens foi bastante difícil e doloroso, vivenciado com “medo”, “tristeza”, “confusão” e “solidão”, pois a ele está sempre associado o momento de quebra de ligações com a família, o espaço habitacional e os amigos. Segundo Gomes (2005, p. 54), o processo de acolhimento destas adolescentes é, essencialmente, associado a sentimentos negativos, uma vez que se verificou uma “retirada violenta da família”, ou seja, foi um momento inesperado e, por isso, não houve preparação das mesmas para esta separação. De acordo com Carvalho e Manita (2010), o processo de institucionalização é melhor aceite pelas crianças e adolescentes se existir a experiência de uma visita prévia à instituição com pessoas significativas, onde se torna possível um conhecimento antecipado das pessoas com as quais passarão a conviver (colegas, equipa técnica e funcionários) e das instalações. Por outro lado, o próprio momento de acolhimento é menos doloroso se feito com a companhia destas pessoas de confiança (família, técnica responsável pelo processo, etc.), pois, assim, as crianças ou jovens sentem-se menos desamparados e a adaptação pode tornar-se mais positiva.

Tal como foi partilhado pelas jovens entrevistadas, a ausência de informação acerca do que é o acolhimento em instituição torna este processo muito mais assustador e confuso, pois se não houver uma explicação prévia e verdadeira daquilo que a criança

ou jovem irá experienciar, ela irá ter como única verdade aquilo que está difundido na sociedade: a relação da instituição à religião e, por vezes, ao regime de centro educativo/terapêutico, a violência e o condicionamento da liberdade. Tendo isto em consideração, torna-se aconselhável e crucial que os técnicos das CPCJ procurem envolver mais as crianças e adolescentes nos seus processos de institucionalização, a fim de lhes poderem facilitar as explicações de que necessitam. Estes esclarecimentos serão, sem dúvida alguma, mais que essenciais para os confortar, orientar e ajudar a clarificar a ambiguidade de significados e sentimentos em relação ao seu acolhimento em instituição. Além disso, será relevante consciencializar a comunidade, em especial a comunidade escolar, para esta realidade, pois será ela que estará em constante contacto com as crianças e jovens institucionalizados e, como tal, é importante que estejam sensibilizados para que não adotem práticas e discursos discriminatórios que os possam limitar e segregar ainda mais. Como tal, o desejado será um trabalho em rede, entre técnicos da CPCJ, da instituição de acolhimento e da escola, para que juntos possam trabalhar estas questões e, assim, facilitar o acolhimento e integração social dos menores.

Apesar de a antevisão ao acolhimento institucional ser negativa, as jovens têm memórias e sentimentos positivos em relação à sua receção à instituição, embora os sentimentos associados aos primeiros dias sejam também eles negativos: tristeza, solidão, vergonha, etc. Isto demonstra que, efetivamente, as dinâmicas e os contactos com as pessoas da instituição (colegas e equipas técnica e educativa) tem um impacto considerável no conforto e bem-estar à chegada, porém isso não é suficiente para ultrapassar toda a turbulência de emoções a que estão sujeitas e, como tal, isso tem repercussões na forma como as jovens se sentem nesses mesmos dias. Assim, considera-se importante pensar na standardização das práticas de visita prévia à instituição que, aliada à prestação de informação adequada sobre o acolhimento, pode, efetivamente, contribuir para o controlo e diminuição de sentimentos de confusão e medo das crianças e jovens.

Embora a generalidade das respostas dadas pelas jovens entrevistadas evidencie que o acolhimento (entrada da instituição) é negativo, o mesmo não acontece com o restante processo de institucionalização. Se inicialmente as impressões eram negativas, com o decorrer do processo de institucionalização as perceções foram-se alterando e, neste momento, as adolescentes conseguem ter uma opinião completamente contrária. À semelhança do que aconteceu nesta investigação, esta mudança de opiniões foi também

verificada nos estudos levados a cabo por Gomes (2005), Faria *et al.* (2008) e Carvalho e Manita (2010).

De acordo com Faria *et al.* (2008), a satisfação das jovens relativamente à institucionalização está intrinsecamente relacionada com a qualidade de relações interpessoais que são estabelecidas dentro da instituição. Segundo os relatos das jovens entrevistadas, a relação com a equipa técnica e educativa é bastante positiva, na medida em que estas pessoas são reconhecidas como figuras de apoio social e afetivo, proteção e orientação. Não descurando o papel e a importância de ambas as equipas, pois são inegáveis a importância e a responsabilidade do trabalho de cada uma, é essencial ter consciência de que os elementos da equipa educativa são as pessoas que mais contacto têm com as crianças e adolescentes, por partilharem e acompanharem o seu quotidiano, mas também por exercerem a função diária de cuidadores diretos. Esta presença e acompanhamento contínuo fazem com que estas pessoas assumam destaque, pois além de orientarem e cuidarem das crianças e adolescentes diariamente, são também elas o elo de ligação e de transmissão de informação entre os menores e a equipa educativa. Assim, a opinião que as jovens entrevistadas têm sobre as equipas técnica e educativa vem contrariar aquilo que o estudo de Gomes (2005) apurou, onde as figuras dos adultos das instituições são, habitualmente, apreciadas como pouco satisfatórias no que toca ao afeto, acompanhamento e interesse. No que diz respeito às relações entre as entrevistadas e as demais crianças e adolescentes, foi possível perceber que existe uma relação de amizade, convívio e empatia, embora nem todas as relações sigam os mesmos traços devido a diferença de idades e existência de conflitos, que são encarados como normais. Segundo Gomes (2005) e Faria *et al.* (2008), as relações estabelecidas entre as crianças e adolescentes no interior da instituição são, na maioria das vezes, baseadas na amizade, cumplicidade e suporte, pois são grupos de pessoas que, de uma forma ou outra, apresentam as mesmas características e que são vistas como elementos facilitadores no momento do acolhimento, pois ajudam e orientam os recém-chegados nas dinâmicas da instituição, mas também são os companheiros e confidentes na partilha determinados assuntos e experiência de alguns momentos (Sarmiento, 2004, citado por Paiva, 2012). Tendo por base todas estas considerações, torna-se essencial que todas as instituições de acolhimento reflitam sobre a dimensão afetiva como parte inerente ao desenvolvimento das relações humanas, mas também ao próprio desenvolvimento das crianças e

adolescentes, e que procurem desenvolver as suas atuações tendo por base práticas assentes em princípios como o afeto, apoio e empatia (Siqueira & Dell’Aglio, 2006).

No que diz respeito às regras e horários, há autores que defendem que o excesso de normas, pode, muitas vezes, determinar uma rotina sem significado para as crianças e jovens, facto esse que pode comprometer o desenvolvimento dos mesmos, bem como limitar o desenvolvimento de relações sociais de forma mais ampla e diversificada (Silva & Aquino, 2005, Oliveira & Milnitisky-Sapiro, 2005 e Cueno, 2009, citados por Paiva, 2012). Porém, Leandro *et al.* (2006, p.112) defendem que “os horários de uma estrutura residencial são importantes para o seu funcionamento adequado e para o estabelecimento de rotinas, as quais desempenham um papel essencial como elementos securizantes e promotores do equilíbrio da criança ou jovem”. Para as adolescentes entrevistadas, à semelhança do que aconteceu nos estudos levados à cabo por Gomes (2005), Faria *et al.* (2008) e Carvalho e Manita (2010), as regras e os horários são satisfatórios e, no seu entender, são também necessários para a boa organização e funcionamento do lar. Assim, estas jovens além de perceberem que têm uma dia-a-dia mais organizado, reconhecem a sua importância para a vida futura (vida em família e emprego). Este é um aspeto bastante interessante de analisar, se atentarmos para o facto de que a maioria destas jovens referiu que nem sempre a sua relação com as regras e horários foi pacífica, uma vez que em sua casa não estavam habituadas a ter que os cumprir. Isto reforça a ideia de que, de facto, as crianças e jovens necessitam de regras para sentirem segurança, orientação, estabilidade, organização, mas também para adquirirem determinadas competências para a vida futura (Gomes, 2005, Leandro *et al.*, 2006, Faria *et al.*, 2008). É também esta noção saudável de existência de regras e horários que as faz acreditar que a organização do lar onde vivem é semelhante à organização de algumas famílias, pois o seu quotidiano é orientado por normas e horários adaptados e flexíveis (Leandro *et al.*, 2006).

A realização de tarefas domésticas é percebida pelas adolescentes entrevistadas como algo necessário para a aquisição de competências e promoção da sua autonomia, embora relatem que nem sempre gostam muito de as fazer. De acordo com o Leandro *et al.* (2006, p. 136), a realização deste tipo de tarefas “deve ter por objetivos a aprendizagem das referidas tarefas, no sentido da preparação para a autonomia, a participação ativa na vida da estrutura residencial, mas também, tanto quanto possível, a percepção de que o bem-estar de todos se constrói com a colaboração de cada um, para

além de responsabilizar os próprios pelo cumprimento das tarefas com rigor e sentido do aperfeiçoamento”.

Relativamente às outras atividades desenvolvidas pela instituição, foi notório o interesse das jovens por atividades que envolvem o contacto com a comunidade e o ambiente exterior, como as colónias de férias, atividades físicas e desportivas e os festejos de Natal e Páscoa. Este tipo de atividades que envolve a convivência com a comunidade e o ambiente exterior são essenciais para as crianças e jovens institucionalizadas, porque permitem o contacto com uma realidade exterior à instituição, ao mesmo tempo que possibilitam o desenvolvimento de competências sociais relevantes para a (re)integração na sociedade, independência e autonomia (Leandro *et al.*, 2006).

Tendo em consideração o conteúdo dos últimos parágrafos, torna-se evidente que a adaptação das crianças e jovens a uma instituição de acolhimento depende da forma como lidam com as regras e horários, das relações estabelecidas com as equipas técnica e educativa e com as colegas, mas também o tipo de atividades desenvolvidas. Assim, crianças e jovens que aceitam e lidam bem com a existência de regras e horários, que têm relações positivas com as equipas técnica e educativa e com as colegas e que realizam atividades adequadas à sua idade e aos seus interesses são, efetivamente, as que apresentam melhores níveis de adaptação e experiências positivas em relação à sua institucionalização (Alberto, 2002; Faria *et al.*, 2008).

É então esta adaptação e experiências satisfatórias que permitem que as adolescentes entrevistadas avaliem de forma positiva a sua instituição. Como se pode verificar, a maioria das jovens referiu estar satisfeita com a instituição e isso pode averiguar-se também através das respostas que foram apresentadas quando questionadas sobre as mudanças a efetuar na instituição. Se nos debruçarmos sobre essas respostas, percebemos que as alterações desejadas se prendem com aspetos muito simples e típicos da adolescência, nomeadamente: o uso de telemóvel (por um maior período de tempo) e a alteração de horários específicos como a hora de deitar, tempo destinado às saídas ao exterior e o tempo de estudo.

7. Conclusões

Ao longo de todo este estudo foi possível compreender que as instituições de acolhimento de crianças e jovens são muito mais que um espaço que visa a segurança e proteção daqueles que estão em risco. O tempo de permanência na instituição permitiu perceber que a ação de uma instituição de acolhimento não se deve limitar a afastar as menores de uma situação de perigo imediato, ela deve sempre procurar intervir de forma a assegurar o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e jovens que nela vivem.

É impossível negar que o acolhimento institucional é um processo difícil, triste e angustiante para quem o vivencia, pois acarreta o afastamento ou até mesmo a separação do seu seio familiar e das relações existentes (Alberto, 2002). Também não se pode descurar o facto de que a institucionalização pode, em alguns casos, despoletar alterações a nível social, comportamental e cognitivo, afinal este é um processo que exige mudança e a necessidade de as crianças e jovens se adaptarem a uma nova vida, a uma nova casa, a novas relações e a novas regras (Siqueira & Dell’Aglia, 2010; Sousa, 2014). Nada disto é posto em causa e, por isso, se defende que a medida de acolhimento institucional deve ser entendida como último recurso e de carácter transitório. A ideia é que em situações de adversidade familiar e de risco (causado pelo próprio ou por outrem), o acolhimento institucional se torna o caminho mais favorável, pois ostenta benefícios como a proteção e segurança, ao mesmo tempo que atenta ao futuro destas crianças e jovens, através da definição de um projeto de vida que atenda à sua autonomia e (re)integração social e familiar (Carvalho, 2013). Assim, a intervenção e organização de qualquer instituição de acolhimento deve ser o mais próxima possível de um meio familiar comum, pois isso poderá minimizar ou evitar as consequências negativas que esta mudança implica.

Para que a intervenção das instituições de acolhimento surta os efeitos desejados é essencial que se estabeleça o princípio de que as crianças e jovens acolhidas são seres singulares e de direitos, por isso é importante que se atente à sua individualidade devendo também salvaguardar os seus interesses e deveres (Fernandes, 2009). É igualmente relevante ter em consideração a voz destas pessoas, pois só assim será possível reconhecer, verdadeiramente, os seus problemas e necessidades e envolvê-las, em pleno, na definição e implementação do seu próprio projeto de vida. Torna-se, portanto, crucial que as crianças e jovens acolhidas tenham uma real perceção da sua história e que lhes seja dada a oportunidade de se fazerem ouvir, de decidir e fazer escolhas que possam promover o seu bem-estar biopsicossocial e a sua autonomia (Leandro *et al.*, 2006).

Sabendo que as relações interpessoais são tão importantes para o desenvolvimento do ser humano, depreende-se que no acolhimento institucional a intervenção deve sempre privilegiar a qualidade das relações humanas e a construção de uma relação de confiança e respeito mútuo. Mostra-se, assim, oportuno reforçar que as equipas técnicas e educativas têm um papel preponderante na vida das adolescentes de quem cuidam diariamente, pelo que devem privilegiar uma postura afetuosa e pró-ativa que permitirá às jovens tomarem decisões sobre as suas vidas, confiando nos adultos, o que depois se poderá traduzir num maior envolvimento e discernimento por parte destas na definição dos seus projetos de vida. É também importante não descurar as relações de amizade estabelecidas entre as jovens, pois elas constituem-se como um elemento de cumplicidade, suporte e adaptação à vida em instituição (Faria *et al.*, 2008). Por fim, mas não menos importante, é mais do que essencial investir no desenvolvimento de determinadas competências pessoais e sociais essenciais para a sua (re)integração social e construção da autonomia. É então impensável não estruturar uma intervenção que não assente na aquisição e desenvolvimento de normas e valores pessoais e sociais, mas também no contacto com a realidade exterior. O exercício de responsabilidade, cidadania, respeito, regras e limites são fundamentais no projeto de vida de qualquer criança e jovem, pois é isto que promove o crescimento, a autonomização e a (re)integração social destas pessoas (Leandro *et al.*, 2006).

Este estudo para além de permitir refletir e desenvolver uma opinião crítica sobre as considerações anteriormente expostas, viabilizou, acima de tudo, obter respostas para os objetivos para o qual foi planeado e estruturado. Com ele foi, efetivamente, possível compreender de que modo funciona uma instituição de acolhimento e quais são as perceções e as vivências das pessoas que nela vivem. De modo geral, determinou-se que o acolhimento em instituição é vivenciado pelas adolescentes como sendo um momento angustiante, triste e solitário, contudo devido às relações interpessoais estabelecidas e às experiências positivas vivenciadas no interior da instituição, estes sentimentos alteram-se e tornam-se, consideravelmente, mais positivos (Faria *et al.*, 2008; Carvalho & Manita, 2010). De facto, as relações, sejam elas com as demais crianças e jovens ou com os adultos, são uma componente extremamente importante e benéfica para a adaptação à instituição, sendo que elas funcionam como uma fonte de aconselhamento, informação, afeto, apoio e orientação. Estas relações de amizade e confiança, bem como o sentimento de pertença ao grupo, além de permitirem a adaptação e a mudança de sentimentos

atribuídos à institucionalização, são também uma forma de colmatar a ausência e a instabilidade das relações anteriores (Faria *et al.*, 2008; Carvalho & Manita, 2010). Além de proporcionar relações interpessoais mais estáveis e satisfatórias, as adolescentes percebem a instituição como um local que lhes permite a segurança, a estabilidade e a aquisição de competências pessoais e sociais essenciais para o seu desenvolvimento. Ao contrário daquilo que se poderia pensar, as adolescentes apreciam a existência de regras, horários e rotinas, desde que de forma adequada aos seus interesses e necessidades, e encaram este ambiente organizado como um elemento propulsor para a sua estabilidade, crescimento pessoal e social, bem como para a sua autonomia (Gomes, 2005; Leandro *et al.*, 2006; Carvalho & Manita, 2010).

Apesar de se terem cumprido os objetivos deste estudo, é inegável que ele apresenta algumas limitações. Assim, como principais limites destacam-se o facto deste estudo se debruçar apenas sobre uma realidade institucional e de efetuar a sua investigação num determinado momento. Cingir a análise a uma só instituição, com um único regime e que acolhe só elementos do sexo feminino, pode, efetivamente, ser a maior lacuna que este estudo apresenta. Além de não ser um estudo relacional e, por isso, não permitir a comparação de diferentes realidades institucionais, este é também um estudo que apenas analisa as percepções e as vivências das adolescentes num dado momento. Embora se procure investigar as conceções existentes antes do acolhimento, os sentimentos e as experiências vivenciadas no momento de entrada na instituição, mas também as percepções e as vivências atuais, este estudo não contempla as opiniões, idealizações e as experiências após a saída da instituição. Como tal, considera-se que estas limitações podem ser encaradas como uma alavanca para a realização de futuras investigações e, conseqüentemente, para o crescimento de estudos em torno das percepções e vivências de crianças e adolescentes institucionalizados.

Referências Bibliográficas

- Abreu, S. (2001). *Transtornos Psiquiátricos em Crianças e Adolescentes Criados em Instituições*. Dissertação de Doutorado em Psiquiatria e Psicologia Médica, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Alberto, I. M. (2002). Como Pássaros em Gaiolas? Reflexões em Torno da Institucionalização de Menores em Risco. In C. Machado & R. A. Abrunhosa (Coords.), *Violência e vítimas de crimes: Vol. 2* (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Almeida, F. (2000). Maus Tratos na Infância: Uma “Nova” Responsabilidade Pediátrica. *Cadernos de Bioética, 24*.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: Percursos de Jovens em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: ISCSP.
- Amado, J. (Coord.). (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.
- Feijó, M. C., & Assis, S. G. (2004). O Contexto de Exclusão Social e de Vulnerabilidade de Jovens Infratores e de suas Famílias. *Estudos de Psicologia, 9*(1), p. 157-166.
- Camacho, I., Tomé, G., Matos, M. G., Gamito, P. & Diniz, J. A. (2010). A Escola e os Adolescentes: Qual a Influência da Família e dos Amigos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente, 1*, 101-116.
- Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas Educativas Parentais em Famílias de Adolescentes em Conflito com a Lei. *Estudos de Psicologia, 22*(3), 263-275.
- Carvalho, T. & Manita, C. (2010). *Percepções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados Sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na*

- Instituição*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho.
- Carvalho, J. C. F. (2011). *Um Estudo Sobre Comportamento de Risco em Adolescentes com Processos de Promoção e Proteção*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo. Universidade de Coimbra.
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, M. J. L. & Cruz, H. (2015). *Promoção da Autonomia em Crianças e Jovens em Acolhimento em Instituição*. In M. J. L. Carvalho, H. Cruz & A. Salgueiro (Coord.), *Autonomia - Desafios e Práticas no Acolhimento de Jovens em Instituição*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casaca, F. F. D. M. (2009). *A Influência da Família, do Grupo de Pares e da Escola nos Comportamentos Desviantes*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Claes, M. (2007). *O Universo Social dos Adolescentes*. Instituto Piaget.
- Coleman, J. C. (2011). *The Nature of Adolescence (Fourth Edition)*. Psychology Press.
- Correia, M. C. B. (2009). A Observação Participante Enquanto Técnica de Investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Cuneo, M. R. (2009). Abrigamento Prolongado: Os filhos do Esquecimento. *Censo da População Infantojuvenil Abrigada no Estado do Rio de Janeiro*, 415-432.
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos da Criança. Da Participação à Responsabilidade. O Sistema de Proteção e Educação das Crianças e Jovens*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2007). *Acolhimento Familiar. Conceitos, Práticas e (In)Definições*. Porto: Profedições.
- Faria, S., Salgueiro, A. G., Trigo, L. R. & Alberto, I. (2008). *As Narrativas de Adolescentes Institucionalizadas: Perceções em Torno das Vivências de*

- Institucionalização*. Atas eletrônicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança. Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Participação: Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, M. & Nelas, P. B. (2006). Adolescências... Adolescentes... *Educação, Ciência e Tecnologia*, 141-162.
- Ferreira, P. M. (1997). “Delinquência Juvenil”, Família e Escola. *Análise Social*, 32(143), 913-924.
- Ferronato, V. F. O. (2015). A Importância da Família na Formação Social do Adolescente. *Rev. Educ.*, 18(24), 3-9.
- Fraser, M. T. D. & Gondim, S. M. G. (2004). Da Fala do Outro ao Texto Negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. (6ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Gomes, M. P. (2005). *Percursos de Vida dos Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e Juventude*. Instituto da Segurança Social.
- Gonçalves, L. P. C. M. (2008). *O Impacto da Vida em Instituição: Narrativas e Significados em Crianças Vítimas de Maus Tratos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade Fernando Pessoa.
- Instituto da Segurança Social (I.S.S.) et al., (s/d). *Manual de Processos Chave: Lar de Infância e Juventude*.
- Instituto da Segurança Social (I.S.S.) et al., (s/d). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças: Guia de Orientações para os Profissionais da Ação Social na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou Outras Situações de Perigo*.
- Júnior, A. F. B. & Júnior, N. F. (2011). A Utilização da Técnica da Entrevista em Trabalhos Científicos. *Evidência, Araxá*, 7(7), 237-250.

- Leandro, A., Alvarez, D., Cordeiro, M. & Carvalho, R. (2006). *Manual de Boas Práticas: Um Guia para o Acolhimento Residencial das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo.
- Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Martins, P. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens: As Respostas Institucionais*. Encontro Cidade Solidária: Crianças em Risco: Será Possível Converter o Risco em Oportunidade?. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Morgado, A. M. (2016). *O Comportamento Antissocial na Adolescência: Dimensões individuais de um Fenómeno Social*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia do Desenvolvimento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Mota, C., & Matos, P. (2010). Adolescentes Institucionalizados: O Papel das Figuras Significativas na Predição da Assertividade, Empatia e Autocontrolo. *Análise psicológica*, 2, 245-254.
- Nardi, F. L., & Dell’Aglia, D. D. (2012). Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 181-191.
- Paiva, W. S. M. (2012). *Institucionalização e Infância: Vivências e Representações das Crianças*. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância. Universidade do Minho.
- Papalia, D. E., Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento Humano*. Artmed.
- Pereira, M. (2008). *Desenvolvimento de Crianças em Centros de Acolhimento Temporário e Relação com os seus Cuidadores*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade do Minho.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2007). Família e Adolescência: A Influência do Contexto Familiar no Desenvolvimento Psicológico de seus Membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256.

- Quitãns, C. R. P., (2009). *Era Uma Vez a Instituição Onde Eu Cresci: Narrativas de Adultos sobre Experiências de Institucionalização*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho.
- Ribeiro, E. A. (2008). A Perspetiva da Entrevista na Investigação Qualitativa. *Evidência, Araxá*, (4), 129-148.
- Rocha, A. C. L. (2016). *Amigos, tempo livre e atividades dos jovens: dados do ISRD (2006 - 2016)*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia. Universidade do Minho.
- Silva, M. (2004). Crianças e Jovens a Cargo de Instituições: Riscos Reversíveis ou Irreversíveis. In M. Damião da Silva, A. Fonseca, L. Alcoforado, M. Vilar, & C. Vieira (Orgs.), *Crianças e Jovens em Risco: Da Investigação à Intervenção*. Coimbra: Almedina.
- Simões, M. (2007). *Comportamentos de Risco na Adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Siqueira, A. & Dell’Aglío, D. (2006). O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: Uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.
- Siqueira, A. & Dell’Aglío, D. (2010). Crianças e Adolescentes. Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.
- Sousa, H. D. R. (2014). *Contextos de Desenvolvimento e Rendimento escolar em Crianças Adotadas - Estudo Exploratório*. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Sousa, L., Pires, S. & Galante, H. (2005). Crescer em Famílias de Acolhimento: Padrões de Vinculação, Psicopatologia e Influência dos Estilos Parentais. *Psychologia*, (40), 279- 303.
- Tolfree, D. (1995). *Roofs and roots: The care of separated children in the developing world*. Hants: Arena.

Tomé, G. M. Q. (2011). *Grupo de Pares, Comportamentos de Risco e a Saúde dos Adolescentes Portugueses*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação. Universidade Técnica de Lisboa.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

ANEXOS

1. Consentimento informado

Consentimento Informado



Investigação no âmbito do Mestrado em Serviço Social: Intervenções em Contexto de Risco

Estudante/Investigadora: Joana Filipa Ferreira Moreira
(Licenciada em Educação Social)

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se considerar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações.

O presente trabalho de investigação, intitulado “Narrativas de adolescentes institucionalizados: perceções e vivências face à institucionalização”, insere-se num estudo que decorre no âmbito do Mestrado em Serviço Social: Intervenções em Contexto de Risco. Esta investigação procura, essencialmente, analisar as narrativas pessoais de adolescentes institucionalizados e tem como objetivo compreender as perceções e as experiências que os menores atribuem à vivência institucional.

Com a realização deste estudo pretende-se contribuir para o aumento de pesquisa e informação sobre o tema, mas também para a afirmação do Serviço Social em torno do mesmo. Assim, torna-se necessário incluir neste estudo a participação de adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, que estejam, no momento, a vivenciar uma situação de acolhimento institucional.

Esta investigação de cariz qualitativo é orientada pela Professora Doutora Alice Margarida Simões (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e pelo Professor

Doutor José Soares Martins (Universidade Fernando Pessoa) e será apresentada, em Junho de 2017, à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A participação neste estudo é totalmente voluntária e não acarreta qualquer custo ou risco. As informações recolhidas serão efetuadas através de uma entrevista semiestruturada que deverá ser gravada, em formato áudio, de modo a permitir um maior poder de registo e captação de elementos de comunicação de extrema importância que aprimoram a compreensão da narrativa. Qualquer informação é confidencial e será apenas utilizada para a realização da presente investigação, sendo também garantido o anonimato de cada um dos participantes. Mais se informa que após o término da investigação, as gravações serão destruídas.

Assinatura da estudante/investigadora: _____

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram prestadas pela estudante/investigadora acima mencionada. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que forneço de forma voluntária, confiando que apenas serão utilizados para a presente investigação e na garantia de me ser concedida a confidencialidade e o anonimato.

Assinatura da Participante:

Assinatura do(a) Responsável:

_____, _____ de _____ de 2016.

Este documento é composto por duas páginas e impresso em duplicado: uma via para a estudante/investigadora, outra para a instituição que consente.

2. Guião de entrevista

I. O fenómeno da instituição em geral

- a. Antes de seres acolhida nesta ou noutra instituição, qual era a tua perceção sobre o que era viver numa instituição?
- b. O que sentiste ou imaginaste quando soubeste que vinhas para uma instituição?
- c. Alguém te explicou o que era e como era viver numa instituição?

II. Experiência de acolhimento

- a. Lembras-te do dia em que chegaste ao LMV? Como foste recebida nos primeiros dias? Quem te recebeu quando cá chegaste? (Tenta descrever a primeira semana no LMV, as atividades, o dia-a-dia).
- b. Como te sentiste nos primeiros dias na instituição? (Bem/mal, protegido/desprotegido, acompanhado/sozinho, bem-disposto/triste, ...).
- c. Partilhavas com alguém aquilo que estavas a sentir?
- d. Quais são as memórias que tens desses dias?
- e. Quem foram as pessoas mais importantes durante os primeiros dias no LMV?
- f. Fizeste amigas logo na primeira semana? Foi fácil ou difícil aproximares-te das meninas? Como fizeste para te aproximar delas?
- g. Qual foi a reação delas à tua chegada e aproximação?

III. Quotidiano na instituição

- a. Como é estar no LMV? (Bom/mau, agradável/aborrecido, tranquilo/agitado,...).
- b. Como é o teu dia-a-dia no LMV? O que gostas mais e menos no teu dia-a-dia no LMV?
- c. Participas nas atividades desenvolvidas pelo LMV? Quais são as atividades que gostas de fazer no LMV? E as que menos gostas?
- d. Participas porque queres ou porque és obrigada?
- e. Participas no planeamento das atividades desenvolvidas pelo LMV? Tens por hábito propor outras atividades?
- f. Relativamente às regras, consideras que o LMV tem muitas regras?

- g. Como é que foi a tua adaptação a essas regras? (Foi fácil ou difícil adaptares-te a elas e cumpri-las?). Quando não as cumprias ou cumpres, eras ou és punida?
- h. Há alguém que te explica o sentido das regras e das rotinas? Quando não concordas com as regras, procuras dar a tua opinião?
- i. Consideras que essas regras são importantes para ti e para o teu futuro? Porquê?
- j. E em relação aos horários, qual é a tua opinião? Consideras que os horários são flexíveis ou são muito rígidos? Agrada-te o facto de teres horários estabelecidos para fazer as tuas tarefas, para sair e entrar no LMV, para usar o telemóvel?
- k. Consideras que o modo como o LMV está organizado (as regras, as rotinas e os horários) é semelhante à organização de uma família? Por que razão, consideras isso? (Em caso negativo: o que achas que deveria mudar para que te sentisses num ambiente mais familiar?).

IV. Relações interpessoais dentro e fora do LMV

- a. Como é a tua relação com as técnicas e com a equipa educativa? Consideras que estas pessoas são um apoio para ti? Quando precisas de alguma coisa é a elas que te diriges? Elas mostram interesse em querer ajudar-te?
- b. Como é a tua relação com as meninas que vivem no LMV? Tens mais proximidade com alguma das meninas? É com ela que desabafas e falas dos aspetos mais importantes da tua vida?
- c. E em relação às meninas com quem divides o quarto? Sentes-te bem com elas? Como é dividir o quarto com alguém?
- d. Costumam haver conflitos entre as meninas? Como se resolvem esses conflitos?
- e. Fora da instituição tens amigos? Como conhecestes esses amigos? Costumas estar com esses amigos?

V. O que mudaria no LMV

- a. Avalia de 1-5 o LMV.
- b. Se pudesses mudar alguns aspetos no LMV, o que mudarias?